



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: ARSELINO TATTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 28 de abril de 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Bom dia, há número legal para o início de nossos trabalhos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, e nos termos do artigo 43 do Regimento Interno, declaro abertos os trabalhos.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br no link Auditorios on-line.

Estão presentes os membros desta comissão Srs. Vereadores Adilson Amadeu, Aurélio Miguel e o Vice-Presidente Vereador Dalton Silvano.

Tenho a honra de anunciar e agradecer a presença do Presidente desta Casa, o Sr. José Police Neto.

Esta audiência pública se refere ao PL 25/2011 de autoria do Executivo.

- É lido o seguinte (PL 25/2011)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Agradeço a presença do Sr. Secretário da Siurb, Elton Santa Fé Zacarias, a quem convido para compor a Mesa.

Em razão de compromisso anteriormente agendado, o Sr. Elton informa que fará a explanação, sairá em seguida, mas comunica que permanecerá na audiência pública o Secretário Adjunto Sr. Pedro Evangelista.

Informo o recebimento de ofício do Tribunal de Contas do Município, encaminhado pelo presidente em exercício Sr. Antonio Carlos Caruso, ao qual passo à leitura.

- É lido o seguinte: (TC acusa o recebimento do ofício 59 convidando para a audiência pública, e informa os representantes).

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Esta presidência recebeu também ofício do Chefe de Gabinete Sr. Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho, da SP Urbanismo, cujo teor é o seguinte:

- É lido o seguinte: (devido a compromissos assumidos anteriormente pelo Dr. Miguel Luiz Bucalem, Presidente da SP Urbanismo, ele não comparecerá, mas designa representante).

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Convido para compor a Mesa a representante da SP Urbanismo Sra. Rosa Maria Miraldo, e os representantes do Tribunal de Contas do Município Srs. Luis Camargo e Marcos Tadeu Barros de Oliveira.

Recebemos ainda a visita do Promotor de Justiça Dr. Maurício Antonio Ribeiro Lopes, da Promotoria da Habitação, a quem convido para fazer parte da Mesa.

Indago à assessoria se há outros representantes do Poder Executivo. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) - Agradeço a presença de toda a população interessada.

Informo a presença dos Srs.: José Orlando, representando neste ato a Associação dos Moradores do Entorno do Aeroporto de Congonhas - Amea; Lucila Lacrete, Movimento Defenda São Paulo; Cibele Sampaio, da Associação Amigos do Brooklin Novo; Hugo Barroso, advogado da Amea.

Tem a palavra o Sr. Elton, Secretário da Siurb.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – Bom dia ao Presidente da Comissão Arselino Tatto e em nome dele cumprimento todos os membros da Mesa e a todos os presentes.

Farei uma pequena retrospectiva com relação à Operação Urbana Água Espriada. Em 2001, a lei que determinou a Operação Urbana estabeleceu alguns melhoramentos viários que deveriam fazer parte das emissões de Cepac e deveriam ser custeadas com as emissões do Direito Adicional de Construção.

Uma das obras licitadas seria uma continuação da Avenida Jornalista Roberto Marinho criando uma ligação expressa com a Avenida Dr. Ricardo Jafet e Rodovia dos Imigrantes.

Esse projeto previa a urbanização e a remoção das famílias ao longo do Córrego Água Espriada. O Executivo entende que o texto da lei erroneamente incluía um esboço de um melhoramento, como se fosse uma obra de engenharia, sem o devido refinamento de um

estudo técnico de engenharia.

Ao longo do tempo - estamos com quase 10 anos da Lei da Operação Urbana - os estudos realizados pela Prefeitura indicaram que para haver a ligação expressa entre o final da Avenida Jornalista Roberto Marinho e o início da Rodovia dos Imigrantes seriam alternativas ou um viário com uma série de transposições em obras de arte ou a melhor solução que consideramos seria a execução de um túnel.

Ao longo do tempo esse processo foi transferido para a Dersa por força de convênios anteriores assinados. A Dersa realizou os primeiros estudos de engenharia e a solução final foi a construção de um conjunto de dois túneis com a extensão de aproximadamente dois quilômetros, a urbanização de todo o conjunto das moradias precárias na forma de um parque de aproximadamente 600 mil metros quadrados e a construção de vias parque laterais que não se comunicam com a Rodovia dos Imigrantes.

Então, teríamos um ganho urbanístico bastante grande. Ao longo deste viário local construído no entorno do parque passará a Linha 17 Ouro do Metrô que já foi conveniada pelo Executivo junto com o Metrô inclusive com transferência de recursos.

O processo começou a ser desenvolvido pela Dersa há alguns anos e acabou evoluindo para um processo licitatório que hoje está suspenso porque a solução técnica gerou dúvidas e talvez conflitos com o melhoramento apontado na lei da Operação Urbana. O Executivo entendeu por bem, isso foi até falado em audiências públicas no ano passado que participei, interromper o processo e remeter à Câmara Municipal um projeto de lei adequando o melhoramento naquele espírito original, ou seja, uma ligação expressa e uma urbanização por via parque e um parque linear ao longo do futuro prolongamento da Av. Água Espreiada.

O projeto está sendo desenvolvido, porém, o processo licitatório está suspenso, aguardando uma decisão democrática da Câmara, de qual é o entendimento para esses melhoramentos. Quero ressaltar que toda a população das habitações precárias vão ser atendidas dentro do Programa e foram previamente cadastradas pela Secretaria de Habitação,

por força de um convênio feito com o CDHU que prevê o fornecimento de 6 mil unidades habitacionais para esse Programa e da inclusão no processo licitatório de 4 mil unidades habitacionais também para serem feitas no local, totalizando 10 mil unidades que serão suficientes para atender toda a população com moradias precárias.

O resto da população que seria atingida parcialmente ou integralmente com a questão dos melhoramentos do parque e que morem em moradias regulares passariam por processo de desapropriação e indenização via valor de mercado, avaliação. Esses imóveis irregulares que serão atingidos serão alvo de desapropriação e o pagamento, via regra, é de mercado. Os depósitos judiciais as pessoas têm direito de contestar os valores eventualmente avaliados.

Por outro lado, eu queria destacar um pouco a importância desse Programa. Para termos uma noção, o Parque do Ibirapuera hoje tem um milhão e 200 mil metros quadrados de área e o parque linear que será desenvolvido ao longo do córrego Água Espraiada tem metade do tamanho do Parque do Ibirapuera. O efeito social que será gerado junto a todos os moradores de moradias precárias hoje que moram no entorno do córrego Água Espraiada será grande, com o fornecimento de 10 mil unidades, provavelmente, deve ser o maior programa de urbanização já feito no Brasil e o Executivo entende que isso atende o espírito da lei que gerou a Operação Urbana, ou seja, gerar recursos para a aplicação, para o desenvolvimento social na região atingida pela Operação Urbana Água Espraiada.

Nós estamos com um grupo de técnicos aqui que inclui o Secretário-Adjunto da Secretaria; Pedro Evangelista, Diretor do Departamento de Projetos; Superintendente da Empresa SPObras e os técnicos, que estarão à disposição para responder eventuais dúvidas e perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Rosa Maria Miraldo, assessora da Diretoria de

Desenvolvimento e Gestão da SPUrbanismo. Temos aqui várias pessoas representando os movimentos, as associações, e todas terão direito à palavra.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Bom dia a todos. Sou arquiteta concursada da Prefeitura, hoje, presto serviço junto a SPUrbanismo e estou aqui representando nosso Secretário, Presidente da SPUrbanismo, Luiz Miguel Bucalem. Gostaria de abordar, sobretudo, a questão urbanística que é peculiar e é pertinente a SPUrbanismo - desse projeto que foi encaminhado aqui a essa Casa para que se fizesse a adequação do aspecto enquanto melhoramento viário-, e não da lei da Operação Urbana, que permanece inalterada.

A questão urbanística é em relação à lei que foi aprovada em 2001, que trazia aquela configuração no trecho que vai, sobretudo, da Lino Moraes Leme até atingir a Rodovia dos Imigrantes. Nesta proposta ela apresenta um ganho ambiental indiscutível. Pode haver outros questionamentos, mas do ponto de vista ambiental não se discute, seria com você comparar: em vez de ter uma via expressa de superfície nas imediações da sua casa para quem mora ali, as famílias que serão reassentadas na região serem fracionadas na parte de cima e na parte de baixo por uma via expressa que seria a continuidade da Roberto Marinho. Em vez dessa proposta, depois de um diagnóstico ambiental e somando ao que o Secretário falou, optou-se por uma análise, por uma solução ambiental muito mais interessante. Você vai ter um parque nos dois setores do bairro e uma série de equipamentos de lazer. E o que é mais importante para São Paulo, onde temos visto uma situação crítica nos últimos anos e tem piorado, que é a questão da drenagem, da impermeabilização do solo. Isso vai ser melhorado por essa alternativa.

Em vez de vias impermeabilizadas há uma área permeável ao redor de 600 mil metros quadrados e há também a questão do tráfego. Não se pode esquecer que é muito importante para a Cidade, tanto o tráfego, como também o transporte coletivo.

Primeiramente, vamos abordar o transporte coletivo. Como o Secretário já abordou, existe um contrato e um termo de cooperação com o metrô e, nesse sentido, a Operação

Urbana, como participante. Recursos já foram encaminhados para a linha 5 e para a linha 17 ouro, que é o metrô leve, que deverá passar atendendo essa população desde o Jabaquara, descendo para via Parque, indo em direção à Marginal, Panambi e aí segue adiante.

Com respeito ao tráfego, que não poderia ser simplesmente cortado na altura onde a avenida hoje se encerra, que é a de Lino Moraes Leme, optou-se para que o tráfego pesado de passagem seguisse no modal subterrâneo, eliminando uma série de problemas ligados a ruídos, poluição e qualidade de vida de quem mora no bairro. É como se você tivesse em vez de uma Av. Bandeirantes, nas imediações da sua casa, um parque e o trânsito de passagem segue por via subterrânea. Portanto, essa avaliação urbanística que está inserida inclusive na justificativa do projeto de lei, foi elaborada pelos técnicos da SPUrbanismo e temos acompanhado os andamentos dessas questões em companhia do grupo gestor desde a 15ª reunião, as atas estão todas no site da São Paulo Urbanismo, para verificação. Já estamos na 22ª reunião.

Então, Presidente, esses são os esclarecimentos iniciais que gostaríamos de prestar e estamos à disposição das perguntas que forem, a partir daqui, elaboradas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Convido para fazer parte da mesa o Secretário Adjunto de Siurb, o Sr. Pedro Evangelista, que responderá pela Secretaria, pois o Secretário retirou-se.

Agradeço a presença de Mauro Alves da Silva, da CONSABEJA, Jabaquara; Jorge Eduardo Rubiez, da Associação Reserva São Paulo; José Luiz, da CONSABEJA; Douglas Magami, da Defensoria Pública – convido-o para fazer parte da mesa; Maria Berta, Viva Cor Associação de Moradores da Vila Cordeiro; Tatiana Gonçalves Sampaio, Vanderlei Carvalho Santos, Arquimedes Dias Santos, Roseli Maia e Raquel Gonçalves de Oliveira, dos Moradores da Vila Santa Catarina; Luiz Carlos de Moraes Campos, Moradores da Cidade Vargas; Marcos Monarim, Moradores do Jabaquara; Jaques dos Santos Souza, Moradores de Pedro Bueno;

Marconi Santos Junqueira, da MEA Associação Moradores do Entorno do Aeroporto de Congonhas; Marco Antonio Ribeiro, Associação de Amigos Vila Santa Catarina; André Pereira, Comunidade Nova Minas Gerais.

Informo a todos os senhores que a Comissão de Constituição Justiça analisa apenas a questão da legalidade e da constitucionalidade do projeto de lei, não analisa o mérito. Todos os senhores terão oportunidade de solicitar mais audiências públicas nesta Casa. Este projeto, se aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, irá para a Comissão de Política Urbana, continuará tramitando. Portanto, caberão pedidos de audiências públicas.

É um projeto extremamente polêmico, importantíssimo, que necessita ser amplamente discutido. Então, serão possíveis outras audiências públicas em relação a este projeto.

Tem a palavra o Vereador Aurélio Miguel que foi o autor do pedido desta audiência pública, membro desta Comissão.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Bom dia a todos, Presidente, representantes convidados da Secretaria de Infraestrutura, da Emurb, da Promotoria, do Tribunal de Contas, começarei a fazer perguntas para a representante da Emurb. Fico feliz que esteja presente, pensei que não viesse ninguém.

Quanto tem hoje na conta da Emurb relativo à Operação Urbana Água Espreada?

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Bom dia, Vereador. O saldo que disponho, de 31 de dezembro, dá conta de cerca de 900 milhões.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Novecentos milhões. E o dinheiro está todo depositado na conta da Operação Urbana Água Espreada?

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Na verdade, ele existe, esse depósito ele é feito para secretarias fins dos empreendimentos. No caso, por exemplo, para Habitação de Interesse Social o dinheiro é repassado para Sehab; para as obras viárias, é repassado para Siurb e assim por diante. Estão, de fato, vinculados à intervenção fim, por meio da secretaria

responsável.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O recurso não está sendo utilizado para outro fim, única e exclusivamente para Operação Urbana?

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Para Operação Urbana e para os convênios firmados.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Então, eu solicitaria um extrato da conta com os gastos e para onde está sendo encaminhado esse recurso, as secretarias competentes.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Pois não. Está sendo anotado e será providenciado, encaminhado ao senhor.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Vou fazer agora para ... tem Emurb e Siurb. O túnel constante do PL 25/11, encontra-se no perímetro da Operação Urbana Água Espriada?

Quem pode me responder, por favor? A Emurb e a Siurb, os dois representantes.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Pois não. O túnel encontra-se parcialmente dentro e a parte subterrânea está fora do limite da Operação Urbana.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Então, portanto, não.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Sim, o emboque está dentro do perímetro da Operação Urbana e a parte subterrânea não.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Está fora?

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Os respiros não estão dentro do perímetro.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Porque tem desapropriações para respiro que estão fora da Operação Urbana.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Sim.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – E as alças também. É isso?

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Parcialmente.

P – Então, está fora do...

R – Gostaria que o Sr. Presidente solicitasse a não interrupção quando estamos

respondendo.

P – Então, está fora do perímetro da Operação Urbana Águas Espraiadas, certo?

R – Parcialmente, Sr. Vereador. Na realidade existem partes do túnel, certamente, que estão fora do perímetro.

P – Com todo o respeito, a senhora conhece alguma grávida, parcialmente grávida ou não grávida?

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Por favor, vamos garantir a palavra aos oradores.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Gostaria de saber da Sra. Rosa Maria...

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Desculpe, mas eu vou responder à sua pergunta. O senhor fez uma pergunta e eu vou responder.

Não se trata de uma senhora grávida e sim de um túnel.

O senhor perguntou, permita-me, por gentileza, responder.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Por favor, não interrompam.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Para deixar claro Sr. Vereador, entendo que existem pessoas aqui que precisam de esclarecimento. Eu entendo polêmica, o momento, enfim, então vamos esclarecer.

O desenho do túnel tem partes dentro da Operação Urbana e outras não. Essa é uma questão jurídica. O foco é se o recurso da Operação Urbana deve ser gasto nas obras que estão fora ou não. Eu entendo que isso é uma questão jurídica e não técnica. Do ponto de vista técnico, eu estou respondendo ao senhor.

Eu entendo também, e essa questão foi levada ao Sr. Secretário ontem, que as desapropriações dos respiros que estão fora do perímetro da Operação Urbana podem e devem ser feitas com recursos do Tesouro. Acredito que respondi ao senhor respeitosamente.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Eu também fiz a pergunta respeitosamente. A construção do túnel está orçada em quanto? Acho que a Siurb pode responder melhor. Nos periódicos são publicados valores que nos assustam.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACHARIAS - O valor total das licitações é em torno de 2,100 bilhões de reais. Isso inclui os túneis, a via parque e as habitações.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Qual o valor?

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACHARIAS - Aproximadamente 2,100 bilhões de reais.

P – Qual o valor do túnel?

R – Algo em torno de 1,600. É que todos os lotes ainda não chegaram ao fim, por isso não temos no valor final das propostas ofertadas pelas empresas.

P – De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental, as intervenções propostas serão financiadas por recursos obtidos com a venda de Certificado de Potencial Adicional de Construção, os Cepacs. Poderão ser complementados, como disse a Sra. Rosa, com verbas do Tesouro Municipal e Estadual. De onde virão os recursos para a construção do referido túnel, do Cepac ou do Tesouro?

R – Veja, é uma composição de recursos. Hoje, nós temos um saldo de 900 milhões de reais, que a arquiteta Rosa falou. Existem novos lançamentos previstos, mas se os recursos não forem suficientes advindos da venda do Cepac, pretendemos contar com recursos do Tesouro, de Operações de Crédito e até do PAC.

P – A operação não tem recursos para concluir essa obra, não é?

R – Atualmente, o que temos em conta para concluir não. Temos o suficiente para começar e, provavelmente, para este e para o próximo ano.

P – Senão, o Sr. Prefeito teria de remanejar aproximadamente 10% do orçamento da cidade de São Paulo para essa obra.

R – Perfeito.

P – Acho que S.Exa. não está disposto a isso.

R – Nem temos essa previsão por ora.

P – Ao extrapolar a delimitação da área de intervenções da Operação Urbana, como fica a utilização dos recursos financeiros advindos da operação frente ao disposto no § 1º do artigo 33 do Estatuto da Cidade, segundo o qual os recursos obtidos pelo Poder Público Municipal serão aplicados, exclusivamente, na própria Operação Urbana Consorciada. Como fica essa situação?

Veja, os senhores estão interpretando aqui como um PL viário e na verdade os senhores estão alterando a Operação Urbana Água Espreada. A Sra. Rosa diz que há um entendimento Jurídico, agora o entendimento Jurídico vai prevalecer não tenham dúvidas disso. Como entendem, os senhores, relativo a isso?

O SR. ELTON SANTA FÉ – Como a arquiteta Rosa já falou, a questão dos respiros que serão desapropriados estão fora do perímetro não serão utilizados recursos da operação. A questão jurídica especificamente mencionada é sobre o túnel passado na parte subterrânea fora do perímetro. Veja o entendimento jurídico que se pretende da a essa questão é que ele atende nesse encaminhamento aos princípios da operação. Atende a necessidade colocada na Legislação que é a via de trânsito rápido. O caminhamento dele, dentro ou fora do perímetro não é está sendo contestado tecnicamente no Executivo.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Tem de ficar claro que está fora do perímetro da intervenção aprovada na Lei 13 260 de 2001. Se aprovado o PL 25/2011, onde consta que o túnel está fora do perímetro da operação urbana, poderemos considerar que foi alterada a área de intervenção da operação urbana Água Espreada. Sim ou não?

O SR. ELTON SANTA FÉ – Vereador entendo que isso é uma questão jurídica, não me sinto a vontade para discutir nesses termos.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – No meu entendimento e do corpo jurídico, sim. Então não pode ser tratado com melhoramento ou sistema viário. Fique claro, vai ter várias ações tramitando na justiça.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Anunciar a presença do Líder do Governo, nobre Vereador Roberto Tripoli, e do nobre Vereador Alfredinho.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Em se tratando de PL de alteração da operação urbana consorciada Água Espriada, na forma pela qual foi aprovada em 2001 foi elaborado o estatuto prévio de impacto de vizinhança como determina o artigo 33, inciso 5º do estatuto da cidade. Está sendo feito?

O SR. ELTON SANTA FÉ – Esta sendo feito EIA/RIMA.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Está sendo feito, ainda não tem aprovação? O estudo prévio de impacto de vizinhança foi feito? (Pausa) Não está sendo feito.

O SR. LUIZ CARLOS LUSTRE – Sou gerente de projetos SPobras, só queria complementar a pergunta pelo vereador. Apresentamos a Secretaria do Verde e Meio Ambiente o estudo de impacto ambiental que inclui o estudo de vizinhança. Seria um estudo mais amplo, inclusive apresentado com todos os quesitos para a Secretaria. É um documento público e está a disposição no Cards.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mas ainda não foi aprovado?

O SR. LUIZ CARLOS LUSTRE – Não foi votado para os conselheiros. Aguarda votação dos conselheiros.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Então não temos hoje estudo prévio aprovado. De acordo com o parecer técnico número 13, Deconti 2, GTA IA 2010 de 14 de junho de 2010 a exigência 10, estudo de circulação de tráfego e de veículos e de transporte coletivo com vistas avaliar a conexão das transposições propostas com as vias existentes de modo a cumprir função coletora. Não foi atendida. Pois não foi apresentado estudo de tráfego de veículos, bem como análises dos impactos ambientais previstos em decorrência dos viários propostos pelo empreendimento. Tal solicitação consta nas exigências recomendadas pelo parecer técnico. O PL 25/11, tem estudo de circulação de tráfego conforme exigido?

O SR. LUIZ CARLOS LUSTRE –Temos o estudo sim. Foi apresentado e

protocolado a Secretaria do Verde.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O senhor identifique por favor.

O SR. LUIZ CARLOS LUSTRE – Sou Luiz Carlos Lustre, gerente de Projetos de SP Obras. Esse documento foi feito e foi protocolado pela Secretaria. E podemos colocar o documento à disposição dos senhores também.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Então, o senhor encaminhe para esta Casa. Estamos inclusive avaliando o projeto.

Também pelo Parecer Técnico 13, em relação aos usos e ocupação do solo, a mudança do projeto viário de uma via expressa - passando no fundo de vale do Córrego Água Espreada para alternativa de via expressa em túnel em implantação de um extenso parque linear ao longo desse córrego - altera o cenário previsto na Lei de Operação Urbana Água Espreada em relação ao atendimento populacional. Essas alterações do projeto fogem do escopo da Lei da Operação Urbana e não garantem que as transformações executadas se limitem ao espaço físico das áreas de influência do empreendimento.

Em função das tendências de verticalização e de mudança dos usos ao longo da Avenida Jornalista Roberto Marinho, dentro do perímetro da operação urbana é possível que ocorram conflitos com as zonas mistas de baixa densidade, ZM-1, associados ao aumento do trânsito e da descaracterização de áreas residenciais tranquilas. As simulações para os estudos de adensamento apresentados pelo empreendedor no EIA-RIMA que tratou do licenciamento ambiental para a operação urbana, como apontado no EIA 2003-0001750-9, foram realizadas para intervenções que não irão mais ocorrer devido às alterações nos projetos, perdendo, portanto, parte de sua consistência. O PL 25/2011 estava lhe dando essas alterações?

Quem pode me responder?

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Entendo que os estudos encaminhados para a Secretaria do Verde contemplam essas alterações e estão em análise. Então, como isso ainda

está em análise, não está fechado; todas as questões podem ser levantadas e têm de ser respondidas pela São Paulo Obras e pela São Paulo Urbanismo.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Então, aguardarei a resposta dos senhores porque precisamos saber se há isso.

Também cabe destacar que o perímetro proposto para a implantação do parque linear se sobrepõe a algumas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e, dessa forma, modificará sua destinação exclusiva (habitações de interesse social) para outro tipo de uso (parque linear), gerando incompatibilidade com as disposições legais vigentes (leis de zoneamento), a geração de impactos negativos relacionados ao gradativo adensamento populacional e da massa edificada, alterações nos padrões de uso e ocupação do solo, num efeito cascata, aumento da circulação de veículos e pessoas na região do empreendimento e em outros setores da operação urbana.

—
Sendo assim, é fundamental que seja elaborado um plano urbanístico para o entorno da área diretamente afetada, assim como um detalhado estudo de tráfego em momento anterior à consolidação do projeto executivo do empreendimento, o que possibilitará a adoção de ajustes para o projeto.

O PL 25/2011 leva em conta esse estudo?

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Essas colocações trazem alguns paradoxos.

V.Exa. diz que a Via Parque estaria passando por cima de algumas áreas de ZEIS. É isso?

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Justamente.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - E que se proveria um adensamento. Muito bem.

Ora, se você está tirando a área para fazer um parque, você não está adensando nada. Por outro lado, o que temos hoje ali são favelas.

- Manifestações e vaias na plateia.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Esperem um pouco, estou me referindo à Via Parque.

- Manifestações e gritos na plateia.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Por favor...

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Está bem, vamos ver se entendi errado. O senhor está falando das ZEIS que ficam no perímetro da Via Parque?

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Então... Se é Via Parque, a favela está passando ali.

- Manifestações na plateia.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Então, esperem um pouquinho, deixem-me entender.

- Manifestações na plateia.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Pessoal, por favor. Silêncio.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Vocês estão se referendo ao que seria além da favela. É isso? Terminou a favela, tem moradores e, aí, o perímetro?

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Então, vamos lá. Se dentro dessa faixa em que existem ZEIS – que pega do limite do parque à casa de vocês -, se vocês estão dentro das ZEIS, vocês sabem que para o zoneamento as ZEIS também tem as suas limitações, inclusive para se edificar nela. Em relação a isso, o que posso dizer? Nós fizemos, em estudo junto com Sehab, a identificação de muitas áreas. Porque essas famílias que moram no córrego têm de ser reassentadas na região. Quando saímos a campo, quando começamos a verificar o zoneamento, vemos que a própria lei da Operação Urbana tem o setor ZEIS, além das ZEIS do Plano Diretor Regional. Quando fomos verificar essas ZEIS, encontramos shopping, escola, casas de bairro de um padrão que é do bairro, que não deveriam sair.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Quem deixou construir o quê?

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Mas o shopping... Espere um pouco. Não é esse o foco do que estou dizendo.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Esperem um pouco, gente. Deixem-me responder. O shopping pode ter vindo antes ou depois, mas essa não é a questão. O que quero dizer é que procuramos não identificar essas áreas para desapropriação. Isso do ponto de vista do trabalho que a São Paulo Urbanismo, quando era Emurb, fez com a Sehab. Identificamos áreas para desapropriar para fazer os empreendimentos de interesse social vazias, subutilizadas para justamente não pegar casas de bairro como a dos senhores.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Esperem um pouco. O túnel é outra coisa. O que estou falando aqui...

- Manifestações na plateia.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Presidente...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Por favor, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Silêncio, por favor.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Continuando, estamos aqui respondendo a pergunta específica do Vereador Aurélio Miguel. Quanto ao túnel, vamos falar dele. O pessoal de SPObras está presente e irá responder. Em relação às ZEIS, Vereador, muitas vezes em campo elas não refletem sua característica de zoneamento. Quando as ZEIS forem atingidas pela Via Parque, como eu disse, a proposta ambiental da Via Parque é muito mais interessante do ponto de vista ambiental, de tratamento do córrego, de drenagem e de lazer para o pessoal. É se tirar uma via expressa da frente da casa das pessoas e passá-la por via subterrânea. Isso vai impactar e desapropriar muita gente? Vai. Isso é verdade.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Minha senhora, por favor. Já que a senhora levantou isso, quero dizer que também moro num lugar onde o quintal da minha casa dá para um prédio de 12 andares. Moro perto de vocês. Isso é a lei de uso e ocupação do solo da Cidade.

Do ponto de vista da sua pergunta, quando você coloca uma Via Parque em cima de uma ZEIS, acho que não está cabendo muito.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – A senhora não respondeu todas as perguntas.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Pois não. Por favor, repita.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Você altera a lei de zoneamento... Porque, se você tem uma zona de interesse social, você está alterando para Via Parque. Vocês estão tratando como alteração viária, e não é isso o que trata o PL. Foi o que eu quis dizer à senhora e ao representante da Siurb. Trata-se de alteração de zoneamento.

- Palmas na plateia.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Estou dando um exemplo, mas há vários.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Veja, Vereador, o PL que está nesta Casa é para adequação da proposta que foi apresentada dentro da intervenção prolongamento da Roberto Marinho e está para avaliação dos senhores.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mas eu perguntei à senhora, e a senhora entendeu o que eu falei.

O empreendedor informa, no EIA apresentado em 2010, que a Avenida Jornalista Roberto Marinho e seu prolongamento até a Avenida dos Imigrantes, SP-160 Via Estrutural de Nível 1, passará a ser classificada como Via Estrutural de Nível 2 e que a Via Parque dando acesso a esse prolongamento será classificada como Via Coletora.

Essa mudança de classificação das vias é alteração do Plano Diretor, e as vias constantes do PL 25/2011 poderão sofrer alteração de largura ou mudança de classificação, alterando assim o zoneamento, mesmo que indireto, ficando sujeito a questionamento na

justiça.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Se assim for, vai ter de ser questionado, e teremos de responder.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Poderão ser questionados o uso e os coeficientes de aproveitamento e de taxa de ocupação em relação à largura das vias; a senhora sabe disso.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Se assim for, teremos de responder, e será respondido.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – A senhora sabe disso, ou não? Sabe disso, porque, se altera a largura da via, muda o zoneamento.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Olha, esse entendimento do senhor, se for válido, será respondido.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Será respondido...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O Projeto do Parque Linear apresentado demonstra a área do parque bem como os viários localizados em seu entorno. Entretanto, conforme apresentado nesse projeto, existem algumas vias que serão suprimidas, total ou parcialmente, para implantação do parque linear. Dentre elas, podemos citar: Rua João De Lery, Rua Luciano Carneiro, Rua Jorge Duprat Figueiredo, Rua Atos Damasceno, Rua Jupatis, Rua Guassatungas, Rua Guian, Rua Franscesco Solimena, Rua Tupiritama, Rua Sebastião Sisson, Avenida Muzambinho, Rua Daoub Habib Gebara e Rua Waldir Maluf.

Sendo assim, o empreendedor deveria apresentar a Manifestação da Secretaria Municipal de Transportes referente às vias da região que serão suprimidas total ou parcialmente para implantação do parque linear proposto pelo empreendimento.

O PL 25 de 2011 também trata desse assunto e a Secretaria Municipal de Transporte foi consultada?

O SR. LUIZ CARLOS LUSTRE - Veja, para o desenvolvimento do projeto como um

todo, a CET e a Secretaria de Transportes participaram ativamente na aprovação do projeto, na discussão do projeto, Vereador, e essas alterações de áreas foram amplamente discutidas com a CET.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Agora, eu gostaria de entender por que há esse interesse tão grande da Emurb e da Siurb em realizar a obra do túnel, que é uma obra com um valor faraônico - podemos falar dessa forma - e não fazer as intervenções que deveriam ser feitas através dos leilões de Cepacs, vários lotes que já foram para leilões e não concluíram ainda essas obras. Por que não concluíram essas obras? (Palmas)

R - Vereador, todas as intervenções previstas e o dinheiro existente estão sendo aplicados nas obras e nas intervenções previstas na operação.

P - O senhor tem certeza do que o senhor está falando?

R - Certeza absoluta.

P - E as intersecções que não deveriam ocorrer? E o viaduto Santo Amaro? Os viadutos que deveriam haver? Onde estão?

R - Vão chegar a seu tempo.

P - Vão chegar com 900 milhões em conta. Já deveriam ter feito.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Vereador, deixe-me esclarecer algumas coisas.

P - Chucri Zaidan? A ponte que vocês vão fazer, faraônica, que custa - eu não sei, ela pode me informar, a Sra. Rosa Maria Miraldo ou o senhor pode me informar qual o valor dessa obra estaiada, que só duas construtoras fazem no País ou na cidade de São Paulo. Só duas construtoras fazem.

O SR. LUIZ CARLOS LUSTRE - O senhor fala da Ponte...?

P - Do Panambi.

R - Do Parque Burle Marx?

P - Isso. Também que faz parte.

R - Não é estaiada.

P - Ah, não é estaiada?

R - Não é estaiada.

P - e qual é o valor da obra?

R - O orçamento previsto da obra é de cem milhões.

Ah, então caiu. Agora, melhor do que a outra que foi de 600 milhões.

Agora, gostaria de saber as intervenções que deveriam ter sido feitas, por que não foram feitas até hoje?

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Vereador, eu poderia esclarecer alguma coisa. O corpo técnico foi convocado para estar aqui e eu tenho essa função de esclarecer, dentro daquilo que temos convivido com a Operação Urbana Água Espraiada.

Então, vou fazer o seguinte esclarecimento: as intervenções que foram aprovadas para a quarta distribuição, aprovadas na 13ª reunião do Grupo Gestor da Água Espraiada, estão em andamento: projeto executivo do Parque Chuvisco, concluído. As obras serão licitadas.

As vias locais, que também foram aprovadas, tanto do Brooklin como do Jabaquara, projeto e obra, o projeto antecede as obras, naturalmente.

Estamos em andamento com o projeto executivo contratado das vias locais, que é a via Parque do Jabaquara, projeto básico das vias locais do Brooklin.

Estamos em andamento com o projeto executivo contratado das vias locais, que é a via Parque do Jabaquara, projeto básico das vias locais do Brooklin.

As Habitações de Interesse Social, que também fazem parte não só dessa quarta distribuição, mas que já vinham desde o início, são quatro obras que já estão com ordem de início dadas desde dezembro, que é o Jardim Edite, Estevão Baião, Corruiras e Washington Luís. Elas já estão em andamento.

Contemplam também o Viaduto Santo Amaro, que, com esse contrato e convênio com o Metrô, o que ocorre foi o seguinte: o projeto executivo já estava pronto. Em reuniões

com o Metrô, decidiu-se que essas obras seriam, como os recursos também já foram, executadas pelo Metrô. Esse Viaduto vai ficar numa região que tem a passagem da Linha 5 - Lilás, da Linha 17 - Ouro e o próprio viaduto.

Então, pela intersecção dessas obras de engenharia, que vêm desde o subsolo, com a Linha Lilás, o projeto foi repassado para o Metro executar tudo para não haver conflito estrutural das obras de engenharia. No transporte coletivo também foi aprovado na quarta distribuição e o Metrô Leve, em convênio com o Metrô, tem sido contemplado e também a Linha 5 que eu acabei de dizer.

De modo que as intervenções, se elas não estão materializadas - e algumas estão, como é o caso das construções de HIS. O Parque Chuvisco, não, mas há muita coisa que vem antes disso, as desapropriações do Parque Chuvisco, desapropriação que já foi concluída e a ordem de início das obras de HIS.

E no tocante ao prolongamento da Roberto Marinho, o decreto dessas áreas que eu já mencionei agora no começo do ano, além das 44 áreas, mais duas foram decretadas.

Então, uma coisa que eu acho importante apesar da oportunidade da manifestação das pessoas, nós temos colocado no grupo gestor que a São Paulo Obras e a São Paulo Urbanismo fazem atendimento semanal. Em havendo dúvida, em querendo consultar projetos, em querendo verificar documentos, terça, quarta e quinta nós atendemos lá na parte da tarde. Têm pessoas que se manifestam no grupo gestor, no grupo de gestão. Já nos visitaram e são bem-vindas mais de uma vez, mais de duas vezes e que, no entanto, não aparecem no atendimento. Elas aparecem aqui, aparecem no grupo de gestão, se manifestam de uma maneira nem sempre educada, embora eu entenda a situação das pessoas, mas a gente está à disposição para mostrar informação, está certo?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Eu queria só perguntar então, está aqui, o projeto que originou a Operação Urbana aprovado nesta Casa em 2001. Vocês estão querendo fazer uma

obra faraônica. Mas eu vou falar aqui sobre algumas intervenções que deveriam ter sido feitas por 900 milhões que têm em caixa. (Aplausos) Não vou falar aqui da ligação, porque a primeira é sobre a abertura de vias ao longo do Córrego Águas Espraiadas desde a Avenida Lino de Moraes Leme até a Rodovia Imigrantes, justamente o que está em discussão neste PL. Então, esta aqui vou pular.

Abertura de duas vias laterais e distribuição de tráfego local desde a Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini até a Avenida Washington Luiz ao longo do trecho implantado da Avenida Água Espraiada para Engenheiro Malfatti (?) de largura variável e a extensão aproximada de 3.850m.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Vereador, desculpa, acho melhor a gente ir contemplando uma a uma, até para efeito de esclarecimento.

P – Não, mas eu vou falando aqui.

R – Eu posso ir respondendo. Não é melhor assim?

P – Mas eu vou falar, porque é ao longo dela, não é? A Rua Guaraiúva, passagem em desnível projetadas no cruzamento com a (ininteligível) Ezequiel. Primeiro, aquela senhora lá sempre reclama. É a primeira autorização que tinha...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Rua Guaraiúva, Rua Miguel Sutil, Rua Nova Iorque, Rua Pascoal Paes, Avenida Santo Amaro, Avenida Pedro Bueno, Avenida Hélio Lobo, Rua Jorge Duprat Figueiredo, Rua Vitoriana, Rua Rishin Matsuda, Rua Franklin Magalhães, Rua George Corbisier. Esses são os primeiros. A senhora pode responder essas passagens que deveriam ter sido feitas, cruzamentos em desnível que não foram feitas. Ficam 900 milhões em caixa. Querem construir o segundo trecho, quer dizer, estão colocando a carroça na frente dos burros. (Aplausos)

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Então vamos lá. O senhor está no artigo 28, §1º, item...? Até que item o senhor foi? Primeiro, segundo, terceiro?

P – Eu fui na passagem em desnível projetadas no cruzamento, item 2 e o item 3.

R – Está certo. Então vamos lá. Abertura de duas vias laterais, desde a Berrini até a Washington Luiz. Essas são as vias locais do Brooklin que estão no projeto executivo contratado. Elas estão sendo desenvolvidas agora no Projeto do (ininteligível) Básico e têm tido reuniões semanais com a projetista. As diretrizes de projetos que nós demos para o consórcio vencedor são três: eles têm de contemplar o TAC; têm de contemplar o melhoramento viário e têm de contemplar também linha 17-Ouro que o Estado está implantando com a destinação já programada de faixas de colocação das estações.

Agora é aqui o item 3. O item 3 - as passagens que o senhor leu e que dizem respeito ao TAC, como já disse anteriormente, elas estão no TAC. Essa foi uma das diretrizes que passamos ao consórcio para respeitar. Temos aqui o engenheiro Lúcio e o engenheiro João Leopoldo que participaram das reuniões e podem confirmar o que eu disse.

P – Só interrompendo um pouquinho, qual consórcio, por favor?

R – O consórcio vencedor do projeto das vias locais, só um minutinho...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – O TAC está sendo respeitado por enquanto.

Calma.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – D. Berta, o projeto básico está sendo desenvolvido. Se o projeto básico, ou melhor, se as obras trouxerem uma realidade que o TAC não contempla tem de multar. Agora, as obras não vão acontecer antes que esse projeto seja analisado e mostrado para vocês. O básico está se desenvolvendo. Não tem uma proposta. Não dá para dizer que o TAC...

- Manifestação fora do microfone.

SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Por favor, a senhora pode se inscrever.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – O consórcio vencedor do projeto, se o Lúcio tiver em mente, senão eu procuro aqui.

O SR. LÚCIO - A Themag, Cobrape, a Geotec e Paulo Bastos. É um consórcio empresas.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – É um consórcio o quê?

O SR. LÚCIO – Consórcio Themag, Cobrape, Geotec e Paulo Bastos. Consórcios empresas vencedoras do projeto.

P – Do projeto? E a execução?

R – Não, não, nós estamos ainda...

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – A obra não está licitada ainda. Você precisa ter o projeto básico para começar a obra.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Estou falando as que não foram feitas.

R – Então, mas para fazer a obra, o senhor precisa ter o projeto básico. Você pode licitar uma obra em cima de um projeto básico.

P – Aí é que está. Nós já temos um trecho pronto. Nesse trecho pronto, os senhores, a Prefeitura, a Emurb não fizeram as intervenções que está na Operação Urbana.

R – Mas estamos fazendo o projeto agora, Vereador.

P – Os senhores estão alterando o trecho adiante. Poderiam alterar esse trecho adiante?

R – Estamos fazendo o projeto para operar.

P – Mas é lógico. Aqui é a Cidade da indústria dos projetos. Olha, nós temos até um pedido de CPI das indústrias de projetos aqui nesta cidade. (Aplausos) Será que também está em projeto o prolongamento da Chucri Zaidan?

R – Espera um pouquinho. Eu queria terminar de responder a sua pergunta em relação ao item 3.

P – Pois não.

R – Em relação ao item 3, a Avenida Santo Amaro via (ininteligível) é o Viaduto Santo Amaro. Eu já respondi. Agora, as demais D até H são transposições que estão dentro da via parque. Então, elas estão em projeto e estão sendo analisadas também.

P – As demais eu nem comentei justamente por isso, porque falei que faz parte desse PL que os senhores entendem que é viário e, na verdade, é alteração da Operação Urbana Água Espreada. Totalmente diferente do que os senhores estão propondo.

Alargamento da Rua Luis Serafico desde a Praça Embaixador Cyro Freitas. Vale com largura de 40m de extensão, aproximadamente 460m; abertura de via entre as Ruas Leone Vaz de Barros e Castro Verde com largura de 40m; alargamento da rua desde a Rua Castro Verde até a Av. João Dias com largura de 40m, extensão aproximada de 770m. Eu pergunto: foram feitas algumas dessas obras? Nenhuma.

R – Senhor, desculpa, eu estou respondendo para o senhor. Essas menções que o senhor faz desses melhoramentos são todas parte também do prolongamento da Chucri Zaidan que está aqui nesta Casa também, porque houve ajustes na lei de melhoramento viário. Alguma dúvida em relação a esse projeto especificamente, o engenheiro Lúcio está aqui e pode esclarecer depois as perguntas de quem tiver algum questionamento.

O SR. LÚCIO – Só complementando, Vereador, essas obras estão contratadas sem ordem de início, mas já foram licitadas. Essas obras todas constantes nessa relação que o senhor acabou de ler.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Já foram licitadas?

R – Já.

P – E quem ganhou a licitação?

R – É um consórcio. S.A. Paulista. Não, não me lembro. S.A. Paulista e Construbase. Duas empresas de engenharia.

P – Ganhou para qual trecho?

R – Não, o que a gente chama de lote 5 que é a Chucri Zaidan e a travessia Ponte Burle Marx.

P – E a ponte que o senhor disse que vai custar cem milhões?

R – Isso.

P – E a obra toda vai custar quanto?

R – 325 milhões.

P - 325 milhões?

R – Isso.

P – Vai ter desapropriações?

R – Alguns ajustes. São algumas desapropriações, alguns ajustes.

P – Não, porque se a ponte custa cem milhões e a adequação custa 200, é um valor elevado. Em relação ao monotrilho que a Sra. Rosa também colocou, não estava previsto na Operação Urbana. Foi aprovado nesta Casa aqui, mas está usando dinheiro da Operação Urbana ou dinheiro do Tesouro?

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Dinheiro da Operação Urbana já foi repassado, Vereador. Existe um contrato com o Metrô e um Termo de Cooperação. O transporte coletivo tem de ser contemplado por exigência também da LAP. O transporte coletivo faz parte e está dentro, está atendendo plenamente, vamos dizer assim, ao objetivo da Lei da Operação Urbana que é a requalificação ambiental daquela região.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mas a senhora está passando um recurso municipal numa condição de exceção, porque a Prefeitura não tem dinheiro. A senhora está passando para uma companhia que não é municipal, é do Estado. Repassou a senhora disse 400 milhões, é isso?

R – Não. Eu não disse o valor. O que eu disse é que existe um contrato com o Metrô e um Termo de Cooperação. Agora, quando o senhor fala recurso municipal, existem duas naturezas contempladas no caso aqui. O recurso do Cepac não é do Tesouro.

P – É da Operação Urbana?

R – É da Operação Urbana. Não é do Tesouro. E é esse recurso... Por que o recurso da Operação Urbana foi passado para um órgão do Estado como o senhor está mencionando? Porque o transporte coletivo que vai ser contemplado, um dos transportes no caso e o que primeiro se apresentou é o metrô. É o metrô leve que vai passar ao longo da Avenida Roberto Marinho.

AURÉLIO MIGUEL – É o monotrilho que, na verdade, não atende as necessidades do crescimento da cidade de São Paulo, tendo em vista que ele transporta 30 mil passageiros por hora. No limite, ele transporta, aproximadamente, 20 mil pessoas e o metrô cem mil passageiros por hora. Nós estamos planejando uma cidade para o futuro com sua capacidade de transporte já esgotada.

—
- Palmas.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Permita-me um comentário acerca disso? De fato, não sou da Companhia do Metrô. Ele tem participado das audiências públicas e, embora não seja do Metrô, temos realizado reuniões quase que semanais por conta das interferências de projeto de uma e outra parte. A justificativa do Metrô é porque ele é um transporte de média capacidade, vai se juntar em determinados pontos, como no Jabaquara e na Linha 5 – Lilás e por ser um transporte que vai liberando a população em outras estações.

Não sou a pessoa mais adequada para defender a proposta do Metrô, mas é a proposta do Estado. Nós não temos ingerência sobre o Estado de São Paulo. Ele vai implantar a Linha 17 e vai passar dentro da Operação Urbana. A Operação Urbana prevê transporte coletivo. O outro modal de transporte ...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO - Nós discutimos com o Metrô vários pontos. Não pensem vocês que não discutimos o modal do Metrô, mas não temos capacidade de alterar

isso no Estado de São Paulo. Nós discutimos com eles, não pensem que não. Propusemos, questionamos, indagamos se não poderia ser de superfície ou enterrado, mas não conseguimos mudar, como Município.

O transporte coletivo é necessário, vocês precisam entender isso. Uma população não pode ficar sem transporte coletivo.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Sr. Presidente, depois gostaria de ouvir os representantes do Tribunal de Contas, que é o órgão auditor dos contratos e licitações. Gostaria de escutá-los com relação à mudança do viário que, na verdade, é da Operação Urbana Água Espaiada.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Anuncio a presença do Vereador Donato, Presidente do PT. Agradeço a intervenção do Vereador Aurélio Miguel.

Neste momento, ouviremos a população e, posteriormente, os demais componentes da Mesa.

Com a palavra o Sr. José Orlando Ghedini, da Associação dos Moradores do Contorno do Aeroporto de Congonhas.

O SR. JOSÉ ORLANDO GHEDINI – Bom dia. Vocês já me conhecem. Hoje, falarei somente sobre a alteração viária, porque estamos tratando da ilegalidade do projeto.

O Executivo apresentou um projeto que altera radicalmente a Lei 13.260. O aumento de área é de aproximadamente 300 mil metros quadrados. A quantidade de casas, moradias formais, que serão desapropriadas por um aumento do alinhamento está em torno de 950 moradias. Eu contei uma por uma, passei a noite contando.

Anteontem, tivemos acesso às plantas do projeto. Por uma coincidência, eu tive de montar a planta.

É a coisa mais absurda do mundo porque vou precisar – dá licença, é uma coisa horrorosa que eu fiz mas vou ter de mostrar. Se vocês verificarem esta é a planta do PL 25/2011. São nove pranchas completamente desalinhadas, linhas de cortes absurdas e eu tive

de montar para mostrar aos senhores. A linha vermelha é o alinhamento da Lei 13.260. Aqui é o piscinão e aqui é a linha vermelha onde seria a complementação. A linha roxa aqui em cima é o perímetro da operação que, inteligentemente, vocês não mexeram. Aí, vocês aumentaram o alinhamento no PL 25. As faixas verdes são casas, residências, não são da comunidade. São residências formais que serão desapropriadas. Então, esta quantidade de casas será desapropriada. Esse amarelo são as ZEIS. Aqui é o que o Vereador Aurélio Miguel falou: o parque come essas ZEIS inteira e um pedaço da outra. Então, contei quadra por quadra. Aqui tem 38 contribuintes, não sei quantas pessoas moram, aqui são 48, aqui 23, aqui 36. Somando cheguei a 830.

Aí vem o túnel. Colocaram a boca do túnel aqui. O perímetro vem, faz uma deflexão à direita e colocaram a boca do túnel a vinte metros do término do perímetro, justamente para embasar tecnicamente aquilo que a Dra. Rosa acabou de falar.

- Manifestação da platéia.

O SR. JOSÉ ORLANDO GUEDINI – Então, a 30 metros da deflexão começa a boca do túnel. Isso é uma jogada, é uma safadeza. Daí vem o traçado do túnel. Daqui a aqui tem 1880 metros. 79% está fora do perímetro. 79% de 2.350 metros está fora do alinhamento. Daí vêm quatro respiros que estão fora do alinhamento mas serão pagos com dinheiro público, não é do PAC e daí entra de novo aqui na Operação Urbana, porque volta para o perímetro.

Chegando aqui acaba o túnel e tem a alça de acesso. A alça de acesso é 94% fora do alinhamento. 94% fora do alinhamento. E aí tem outra brincadeira. Se vocês verificarem o perímetro está aqui. O perímetro reflete à direita e vai em direção à Imigrantes. Vocês estão vendo esta faixa vermelha? É um alinhamento que foi feito para as alças de acesso. Este alinhamento tem 50 contribuintes totalmente fora do perímetro. A minha pergunta é a seguinte: isso daqui é uma alteração viária?

O Vereador Aurélio já falou sobre as ZEIS. Estou falando que como a Dra. Rosa falou, infelizmente, algumas casas têm de cair. Não é verdade? É necessário cair 300 casas

para fazer a boca do túnel? É necessário? Eu acho que não.

Vocês conhecem o túnel sobre o lago do Ibirapuera. É um túnel que foi feito debaixo de lama. Esse túnel, se fosse feito debaixo do córrego não iria desapropriar ninguém. Por que ir para cima de casas urbanizadas? Aí vou entrar em detalhe de operação urbana. Uma das premissas da operação urbana é requalificar a área, quer dizer, humanizar a área degradada e não desapropriar casa que são moradias formais. 830 moradias formais. Só contei as moradias formais. Não contei aqui dentro do parque.

Outro dado que ninguém fala: no valor que está no EIA-ARRIMA, de 2,2 bilhões de reais o mês, base é janeiro de 2009. Se pegar o índice da Siurb o valor já está em quase 4.

Outra coisa: ninguém até hoje falou quanto vai se gastar nas desapropriações ao longo do parque. Por quê? Lá tem uma favela. Mas o terreno é de alguém. Alguém vai pagar e alguém vai receber. Aqui tem indústrias. Há garagem de ônibus. Vocês já fizeram uma conta de quanto vão pagar de desapropriação? D. Rosa, qual é o valor?

A SRA. ROSA – Quem faz a avaliação é a Desap.

O SR. JOSÉ ORLANDO GUEDINI – Só para complementar. Vamos no grupo de gestão e não somos ouvidos. Todas as respostas são padrão. Infelizmente na última reunião conversamos sobre isso e o grupo de gestão já está na 22ª reunião e até hoje a anotação era feita a lápis. Na última reunião o funcionário pegou o celular e ficou gravando com o celular. Gente. Estamos na cidade de São Paulo. Esse projeto com desapropriação vai custar mais de cinco bilhões. É mais de 15% ou 16% do valor total do município de São Paulo. Quero que vocês prestem atenção porque eu não entendo a ânsia de fazer o túnel como o Vereador Aurélio Miguel falou. Quer fazer o túnel? Faz debaixo, no alinhamento do parque. Aí não desapropria ninguém, economiza o dinheiro da desapropriação e se faz um túnel do mesmo jeito!

Gostaria que prestasse muita atenção. O PL, como coloquei aqui, é ilegal. Estou pedindo que vocês vejam com muito carinho porque isso não é brincadeira. São 830 famílias.

Só de casas formais. Fiz isso para mostrar para vocês. Se vocês quiserem ver a planta de 2001 é uma planta perfeita.

Esse é o projeto de 2001. Vocês vejam como é. Isso é transparência, é nitidez, não é jogo sujo. A planta de 2001 reta, se vê a interferência desde o começo até o final. Agora, isso daqui, me desculpem, é safadeza. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Obrigado, Sr. José Orlando. Tem a palavra a Sra. Lucila Lacreto do Movimento Defenda São Paulo.

A SRA. LUCILA LACRETA – Bom dia. Fizemos um ofício que entregaremos ao Presidente da Comissão de Política Urbana e gostaria de ressaltar alguns pontos. Em primeiro lugar o PL 25/2011 não se trata de apenas modificações parciais dos melhoramentos viários aprovados pelo Artigo 28 da atual Operação Urbana Água Espreada. Na realidade é um projeto que significativamente altera todo o projeto da operação urbana com impactos ambientais urbanísticos e financeiros não só na operação urbana como da sua vizinhança, alterando, inclusive, o zoneamento da região, extingue ZEIS que é uma zona de uso para transformar em via parte que é um bem de uso comum do povo ensejando, então, quorum qualificado para sua aprovação. Em segundo lugar, no caso de túneis com mais de mil metros de comprimento e alteração de operação urbana, pela Resolução 61 do CADES de 2001 precisa ter estudo prévio de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental aprovado devidamente. Até hoje existe um estudo de impacto ambiental do túnel, que não se sabe se é esse túnel, na Secretaria do Verde que não recebeu o aval desta secretaria até o momento.

Outra coisa importante é o seguinte: na lei da operação urbana existente o EIA Arrima foi aprovado depois da lei o que consideramos um problema jurídico muito grave porque o próprio estatuto da cidade, como o nobre Vereador Aurélio Miguel falou, exige o licenciamento prévio. O licenciamento foi feito depois e, em decorrência disso foi feito um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – da Emurb com duas associações de moradores, do Brooklin e da Vila Cordeira, inclusive assumiu a compromissária, que é a Emurb ou SP

Urbanismo, uma série de compromissos de ajustamento com força de título executivo extrajudicial consubstanciado em várias medidas mitigadoras dos impactos negativos da operação urbana. A Emurb ou a SP Urbanismo é obrigada a seguir este Termo de Ajustamento de Conduta. No dia 22 de março nossa representante no Grupo Gestor da Operação Urbana encaminhou um ofício para o Presidente Rubens Chammas perguntando que itens desse TAC tinham sido cumpridos. Sabíamos que nenhum foi cumprido. E também nesta ocasião, em 2003, se não me engano, foi concedida a licença ambiental prévia pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente com mais de 14 itens e até agora nenhum foi cumprido. Este PL 25/2011 pretende alterar a operação urbana sem ter sequer cumprido as obrigações ambientais exigidas por lei. Tem de cumprir primeiro para depois alterar. Estão fazendo tudo ao contrário. Outra questão importante é que fizemos um quadro comparativo do projeto de lei e do artigo 28 da lei 13.260 e ficou muito claro para nós – e peço à presidência da comissão que envie para os demais vereadores da Casa – que os melhoramentos, as obras previstas, no artigo 28 tem dimensionamento. Diz quanto tem de ser a largura e o comprimento. No PL 25/2011 todos os parâmetros de dimensionamento foram retirados ocasionando a instabilidade jurídica e possíveis arbitrariedades que poderiam ter sido cometidas pelo Executivo no momento da desapropriação.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tempo.

A SRA. LUCILA LACRETA – Alguém me cede o tempo, por favor, porque é muito importante o que tenho aqui a dizer.

A SRA. _____ - (Manifestação fora do microfone) – Estou dando meu tempo para ela.

A SRA. LUCILA LACRETA – Então o que esse PL irá trazer é uma instabilidade jurídica enorme, porque ao não ter definição do tamanho das obras o Executivo pode desapropriar quem quiser e como quiser, ele pode alargar, ele pode estreitar, enfim, fica todo mundo sem a segurança jurídica necessária, tanto social como financeiramente.

Outra questão que também foi levantada aqui é que esse PL não contempla a questão do monotrilho. O monotrilho gerará um impacto urbanístico-ambiental e financeiro incomensurável no projeto da operação urbana. Por quê? Essa obra do monotrilho, pelo que dizem os especialistas, irá desvalorizar os imóveis e os empreendimentos em, pelo menos, 30% e a operação urbana tem uma matemática financeira para dar certo. Então foi calculado quanto de Cepac teria que ser vendido para aplicar nas obras relacionadas na lei de operação urbana. O monotrilho altera completamente essa matemática financeira e esse projeto do túnel também vai alterar isso. Quem já comprou Cepac para financiar as tais das obras, que são esses 900 milhões, micou com esse papel na mão. Vai fazer o quê agora diante desse impacto negativo que já desvalorizou toda a região?

Então nós pedimos, por favor, a esta Comissão de Justiça que não permita, rejeite este projeto de lei. Na realidade, como aqui já ficou claro em pouco tempo de conversa, ele não é correto, ele não é preciso e ele prejudica tremendamente não só a região da Operação Urbana Água Espreada, como todo seu entorno.

Então, pelas ilegalidades apontadas, nós solicitamos que esse projeto de lei seja rejeitado e devolvido ao Executivo para que faça as coisas direitas como se espera do Governo de uma das maiores cidades do mundo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Solicito que a Assessoria providencie cópia desse documento para todos os Srs. Vereadores desta Casa.

A SRA. LUCILA LACRETA – Se me permite, Sr. Presidente, gostaria que esse documento constasse em ata, por favor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Deferido que conste em ata.

Indago se algum representante do Executivo quer utilizar a palavra para responder as perguntas formuladas.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Inicialmente, aproveitando a fala da colega Lucila, minha colega da Sehab. Lucila e todos, queria apenas fazer algumas ponderações.

Acho que a melhor maneira de estar respondendo isso é encaminhar para a empresa, encaminhar para a São Paulo Urbanismo, para que cada questão seja ponderada e respondida a contento, com o detalhamento necessário. Mas aqui vou tentar tecer alguns comentários.

O primeiro deles, Lucila e todos, a questão do Cepac, desses 900 milhões ter micado na mão, não é bem assim. O Cepac é a garantia de que você possa, em relação à Lei de Uso e Ocupação do Solo, ter alguns privilégios. A lei determina um determinado limite de construir, de tipo de uso, de obedecer alguns parâmetros da lei que o Cepac te permite avançar além disso. Então, com esse Capac, como esse recurso já está disponível, é sinal que esse Cepac já foi adquirido no mercado. Vinculando no imóvel, a pessoa tem esse direito, quando você vincula a uma imóvel o direito de construir a mais, isso certamente valoriza o imóvel. Nós temos aqui pessoas que estão empreendedores e podem dizer que é mais ou menos assim.

Essa questão também do valor do Cepac, de fato, quando começou a operação urbana e foi licenciada em 2004, e o decreto é de 2004, e daí para a frente ela começou a funcionar e não antes, o que acontece é que os valores do títulos são calculados nas intervenções sempre na valor de face, que era 300 reais. Quando eles são colocados no mercado esse valor aumenta, o último leilão foi para 750 reais. Então isso...

Desculpe, Cibele, agora é minha vez.

Então isso não quer dizer, do ponto de vista de inviabilizar, nós já falamos aqui, pelo valor, pelo vulto dos investimentos, os Cepacs podem de fato não alcançar, mas a Lei de Operação Urbana é clara, que o Cepac é um recurso prioritário, depois vão entrar, se a administração municipal entender que sim, com o Tesouro, enfim, com financiamentos e tudo.

Com respeito à linha do metrô, que a Cibele disse que os especialistas comentam que isso vai trazer desvalorização, eu não sou especialista, não saberia dizer se vai trazer ou não. Eu já disse a vocês aqui que nós, enquanto técnicos, também opinamos e conversamos com técnicos do metrô e cada um tem uma opinião pessoal. Eu não posso falar em nome da

empresa, mas o fato é que se o Estado, ou o Governo Federal resolverem fazer uma intervenção em cima de qualquer região da cidade, do município ou do Estado, eles têm essa possibilidade. Nesse caso eles estão fazendo em cima da Operação Urbana Água Espreada, também Faria Lima.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Sr. Presidente. Com todo respeito, Sra. Rosa, ela precisa de autorização municipal. Ela não tem essa interferência como a senhora disse. Precisa autorização municipal.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – O fator é, Vereador, que os trabalhos já estão avançando. Acho que eles têm trabalhado nesse sentido também. Eu não posso falar em nome do Metrô, mas isso deve estar em andamento, porque eles já estão com EIA-RIMA, estão licitando projetos e assim por diante. Eu não tenho detalhes.

Então, como foram muitas colocações aqui da Cibele, eu entendo que esse documento deva se tornar público, deva se tornar alvo da resposta nossa da empresa, de cada item que está elencado. Eu já havia respondido antes as intervenções, uma por uma, com o Vereador Aurélio Miguel, em que pé estão, projetos contratados, as que estão com ordem de início de obras já indicados.

Com respeito ao TAC, que se dito que ele não está sendo respeitado, também já disse que o projeto executivo contratado, porque nas reuniões que nós temos, porque a função da São Urbanismo é diferente da São Paulo Obras. A São Paulo Obras executa as obras, nós somos da parte de urbanismo, a gente faz parte do pessoal, que quando as empresas são contratadas a gente tem que estar junto, acompanhando para ver se eles estão fazendo o projeto conforme foi contratado e dando as diretrizes. Já disse a vocês, a gente tem se empenhado em dizer a eles, e o Sr. Paulo Bastos é um dos arquitetos contratados, que têm que atender o TAC, é uma das coisas que tem que se atender. Assim que houver a proposta, isso vai ser levado a vocês para que verifique.

Reitero essa questão do documento chegar até as nossas mãos para que ele possa

ser respondido e encaminhado tanto à Câmara, como à Cibele e ao Movimento Defesa São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra a Sra. Cibele Sampaio, da Sabon.

O SR. PEDRO EVANGELISTA - Vereador, eu gostaria de responder algumas questões que o engenheiro José Orlando(?) levantou.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tudo bem, Cibele?

A SRA. CIBELE SAMPAIO – Tudo bem, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Pois não, Secretário.

O SR. PEDRO EVANGELISTA – É que ele levantou alguns dados aqui e eu gostaria de dar algumas informações a respeito desses dados.

Primeiro ele fala que a alteração viária vai implicar no aumento de 900 desapropriações. Esse número está errado. Não é. Não há o incremento de 900 desapropriações. São por volta de 450 a 500 desapropriações e essa lista...

- Manifestações no plenário.

O SR. PEDRO EVANGELISTA – Essa lista esta à disposição de todos, faz tempo que está à disposição, imóvel por imóvel. E está à disposição dele que nunca foi consultar a lista na nossa área técnica.

- Manifestações no plenário.

O SR. PEDRO EVANGELISTA – Então nós temos todo o projeto, temos a lista dos imóveis, imóvel por imóvel que vai ser desapropriado e a contagem não é essa de 900 a mais. O projeto original já implicaria em algo como 800 a 850 desapropriações.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O senhor me concede aparte? Vão desapropriar de 400 a 500, o senhor está informando. E de que forma vão ser feita essas indenizações? É pelo valor venal ou pelo de referência, que é hoje o pagamento das ITBIs?

O SR. PEDRO EVANGELISTA – Não existe mais desapropriação por valor venal.

Não existe. O procedimento – não sou o técnico especialista de Desap, mas o procedimento já foi explicado até nesta Casa – é uma avaliação administrativa muito mais próxima ou muito similar ao valor de mercado, inclusive Desap tem buscado nas desapropriações fazê-las por meio de acordo, não por meio de ações na Justiça, porque acordos são muito mais rápidos e efetivos. Obviamente, para alguém chegar a um acordo tem que chegar num valor razoável, próximo ao valor de mercado.

Outra coisa, ele fala sobre o túnel embaixo do córrego. Também nós já esclarecemos em outra oportunidade nesta Casa, as questões técnicas, geológicas da região, do porquê o túnel na margem direita do Água Espraiada, que pega uma condição geológica e geotécnica muito melhor do que embaixo do córrego, ou do outro lado, e, lógico, não é impossível fazer embaixo do córrego, mas, com certeza, o custo iria dobrar, ou mais. Fazer embaixo do córrego significa tratamentos e uma técnica de engenharia diferente, uma obra de maior risco, que, obviamente...

- Manifestações no plenário.

O SR. PEDRO EVANGELISTA – Sim, mas a que custo? Com certeza não é mais barato.

Último dado, ele menciona a base do orçamento de 200 e tal que já virou quatro bi. Não virou quatro bi. Evidente que tem algum reajuste. Vou chutar, porque não tenho esse número, mas não passa de 10% a mais. Isso é reajuste e é previsto em lei.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Obrigado pela compreensão, Dona Cibele. A palavra é da senhora.

A SRA. CIBELE SAMPAIO – Estou aqui como representante do Grupo Gestor da Operação Urbana Água Espraiada, sou representante do Movimento Defenda São Paulo neste grupo gestor e me causa estranheza não ter passado pelo grupo gestor esse Projeto de Lei 25/2011, que não passou, eu nunca faltei a nenhuma reunião e tenho as atas de todas as reuniões. No dia 22 de março, que foi a última reunião, nós encaminhamos ao Dr. Rubens

Chammas, que é o Coordenador do Grupo de Gestão, uma série de questões nesse ofício, que nem sequer foi respondido.

Esse ofício, mais ou menos, Vereadores, é o ofício que estou encaminhando hoje aos senhores, para que os senhores façam, por favor, a interferência junto à SP Urbanismo para que nos responda.

Estou de pleno acordo com o que o Vereador Aurélio Miguel colocou, acho que não vou repetir tudo, porque acho que não há necessidade, a Lucila também colocou já muito bem as questões.

Outra coisa que me causou estranheza, como que eles repassam uma verba da operação urbana para o metrô sem passar por votação no grupo gestor. Isso nunca aconteceu. (Palmas) Isso para mim foi uma surpresa, hoje a Rosa dizer isso aqui, porque isso nunca aconteceu.

Agora eu gostaria, Rosa, se você está dizendo que vocês não estão afrontando o TAC, o que quer dizer essa passagem em desnível nas ruas que nós colocamos lá: Guaraiuva, Miguel Sutil, Nova Iorque e Pascoal Paz. O que quer dizer essa passagem em desnível? Será que é alguma pegadinha? Não sei. Justamente, é para não dizer que vão construir viadutos que só poderiam ser construídos com a anuência das associações dos bairros lindeiros.

Então, mais ou menos é isso, tudo aqui foi muito colocado pelo Vereador, pela Lucila e eu não vou voltar a repetir. Só digo que no grupo gestor nós temos poucas informações, quase nunca somos consultados, votação então nem se diga, não é verdade?

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Sr. Hugo Barroso Velze, advogado da AMEA, Associação Moradores do Entorno do Aeroporto de Congonhas.

O SR. HUGO BARROSO VELZE – Bom dia. Vou falar apesar da democracia, com a proteção do artigo 133 da Constituição Federal, a imunidade dos advogados, vou tentar ser objetivo, fazer uma intervenção cirúrgica, mas trazer alguns pontos que acho relevante para a

discussão da legalidade ou inconstitucionalidade flagrante desse projeto de lei.

Já foi falado aqui sobre o grupo gestor. Sei que tenho aqui várias testemunhas. Fiz parte de uma das reuniões do grupo gestor. Fui inquirido, apesar de ter sido identificado como advogado, se estava lá, na condição de morador. Disse que “não”. Agora vamos ver que não fui oportunista. No artigo 20 da lei 13.260/01, está colocado que o grupo gestor tem a possibilidade, competência de propor a revisão do projeto de lei. Isso nunca foi feito, mas onde há contestações judiciais à Operação Urbana Água Espreada, é interessante notarmos que agora há um projeto de lei, querendo convalidar, regularizar todas as ilegalidades e inconstitucionalidades perpetradas no bojo desse processo. É muito interessante notarmos o trabalho louvável feito e o documento entregue, a comparação entre a lei existente, clara, límpida e transparente, com parâmetros que podem ser avaliados por esta Comissão de Constituição e Justiça, que estão tanto no Estatuto da Cidade quanto no Plano Diretor e no Plano Regional Estratégico. Todo esse contexto faz parte de uma análise jurídica da questão.

Vou citar aqui o saudoso e Sr. Freitas Nobre, Vice-Prefeito da cidade de São Paulo, professor eminente que dizia: “Em todas as questões jurídicas, há necessidade de se ouvir os dois lados”. Por isso, fomos ao Poder Judiciário. Não é o caso aqui de repetirmos tudo aquilo o que foi falado junto ao Poder Judiciário, embora tenhamos fornecido cópia dos autos, que estão à disposição de quem quiser, com 120 laudas, explicando todas as contradições do projeto. Digo mais, que tenho esperança, com base na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que já repeliu, em casos semelhantes, onde houve uma emenda à Constituição, para tentar convolar a ilegalidade, e o Supremo repeliu. Então, espero que aqui o Poder Judiciário haja da mesma maneira. Tecnicamente, esse seria o caminho que me parece ser o mais pertinente e adequado.

Outra coisa que me chama atenção é sobre os limites. Todas as vezes em que são excedidos os limites, logicamente, são desrespeitados os controles(?) da operação. Há uma lei complementar, 95/98, que deveria ser considerada, na análise, porque, segundo ela, quando é

feita uma alteração na lei, nos artigos 6º e 7º, tem de ser falado qual é o objeto da alteração. Precisamos tomar cuidado com isso. Por isso, invoquei proteção do artigo 133, para não se fazer nada, de ma maneira ardilosa ou subretícia, alterando toda a lei, tudo o que determina o ordenamento jurídico como se quer, levando de roldão(?), direitos das pessoas, dos moradores. Falo de direitos fundamentais. O número não me importa tanto, porque ele pode ser verificado novamente. Parece-me que, na finalidade, ele pode ser buscado por atos administrativos. Quanto ao fato de a pessoa fazer um projeto, que se diz ser urbanístico e se preocupar com a qualidade de vida, levando 870 ou 500 casas sem necessidade, que precisam ser desapropriadas e pagas pelo Poder Público, é um aspecto relevante.

Há uma outra coisa que me chama atenção. Peço aqui desculpas, mas vou citar o nosso saudoso Geraldo Ataliba, publicista muito conhecido tanto no direito público quanto no direito tributário. Ele dizia, baseado numa lição do Sr. Agostinho Alvim, que as questões de taxinomia, nomes das coisas, podem ser mudadas, mas não vamos alterar questões dogmáticas. É lamentável chamarmos de melhoramento viário algo que altera todos os limites e as finalidades da operação urbana, dizendo que, com isso, estamos atendendo às todas as próprias finalidades.

Agradecemos a participação de todos. Teríamos muito mais a falar. Gostaríamos de elucidar um ponto importante, sem polemizar. Há documentos oficiais nos autos, de conhecimento do Poder Público Municipal, mostrando que, quanto ao túnel ao lado direito, no sentido Avenida Roberto Marinho, a partir da Lino de Moraes Leme, sentido Imigrantes, o projeto que foi objeto de audiência pública no dia 23 de novembro de 2009 tem 3.650 metros, e custaria 1,67 milhão de reais. Estou falando do túnel do lado esquerdo, sem considerarmos as desapropriações. Essa obra levará todas essas casas do entorno embora, sejam 870 ou 450. O projeto custa 530 milhões a mais. Esses dados precisam ser levantados em consideração.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra a Sra. Tatiana Gonçalves

Sampaio, representando os moradores da Vila Santa Catarina.

A SRA. TATIANA GONÇALVES SAMPAIO – Bom dia a todos. Vou fazer algumas considerações legais sobre o PL. Primeiro, farei uma consideração inicial, e, em seguida, uma pergunta para a Emurb e S-Urb. Também convido para o debate o defensor público e o promotor, se quiserem fazer alguma observação sobre esse assunto.

O Plano Diretor, lei 13.430/01, em seu artigo 107, no inciso II, estabelece que a criação de parques lineares deve ocorrer, em regiões não urbanizadas. O projeto de lei amplia significativamente o número de desapropriações de imóveis particulares em regiões urbanizadas. A desapropriação desses imóveis particulares constitui ofensa à função social da propriedade, que é assegurada na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor. Há também ofensa ao princípio da razoabilidade, visto que não é razoável e nem aceitável a desapropriação de inúmeros imóveis particulares, sob a alegação de uma melhor solução ambiental”.

Faço uma pergunta. O projeto de lei amplia significativamente o número de desapropriações de imóveis particulares. Gostaria de um pronunciamento sobre a desapropriação deles, levando-se em conta o que diz o Plano Diretor, no que se refere à criação de parques lineares, em regiões não urbanizadas, bem como o Estatuto da Cidade, no que se refere à função da função da propriedade. Cabe também uma observação ao Sr. Elton Santa Fé Zacarias. Ele levantou uma questão, de que a desapropriação seria referente a imóveis, moradias precárias. Nossas moradias não são precárias. Nossos imóveis são particulares e os compramos. Gostaríamos da resposta. (Palmas) Eu fiz a pergunta para a Sra. Rosa e o representante da S-Urb.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Ela vai responder depois que forem completadas cinco intervenções, conforme acordamos aqui.

A SRA. TATIANA GONÇALVES SAMPAIO – Tenho outras questões a fazer, sobre aspectos de legalidade e constitucionalidade, para que S.Exas. rejeitem o projeto. S.Exas.

ficarão convencidos de que ele não deve prosseguir. Originalmente, a lei 13.260/01 não se refere à formação de parque. Já o projeto de lei faz menção ao parque. A lei 13.260/01, em seu inciso VII, trata da formação de área ajardinada. Isso é muito diferente. O PL, em seu inciso VII, passa a prever a formação de parque. O projeto de lei foi descrito com melhoramento viário. Ocorre que o parque não existia anteriormente, e só pode se melhorar algo que já existe.

Faço uma pergunta ao Sr. Luís Carlos Lustre. Ontem, no final da tarde, liguei para ele e perguntei: “O parque é um melhoramento viário?” Ele me disse: “Não, o parque não é um melhoramento viário”. Assim, pergunto: “Por que consta a criação do parque como um melhoramento viário no PL?” (Palmas)

Vou me dirigir agora à S-Urb e à Emurb. No parecer técnico número 13, do Decont, Departamento de Controle da Qualidade Ambiental, de 14 de julho de 2010, consta como exigência da solicitação de licença ambiental prévia a implantação de, pelo menos, três áreas verdes, com o tamanho mínimo de um hectare cada, no setor de Jabaquara e Americanópolis. Entretanto, o projeto do Parque Linear previsto tem cerca de 46 hectares de área verde, superando, em muito, os três hectares, e, com isso, desapropriando e removendo milhares de famílias”. Faço uma pergunta à Sra. Rosa e ao representante do S-Urb: “Qual é a razão para se elevar o número de desapropriações, se havia a possibilidade de redução? Essa é uma questão ambiental? Os senhores consideraram os aspectos sociais, econômicos e jurídicos no entendimento?”

Vou prosseguir. Aspectos de legalidade e constitucionalidade. Pela rejeição do projeto, vejam quantas irregularidades há. No projeto de lei, há uma omissão relevante no que tange à extensão e à largura do parque, bem como a extensão do túnel. Qual a justificativa dos termos genéricos adotados no artigo 28, em seu parágrafo 1º e incisos IV e V do projeto, sem a determinação da extensão e da largura do parque, bem como da extensão do túnel, tendo em vista que, pelo princípio da legalidade, essas informações deveriam estar expressas no PL? Esse projeto de lei não pode ter segmento, em nome da legalidade e da transparência, em

razão das irregularidades apontadas. V.Exas. concordam com isso? Qual é o argumento contrário? (Palmas)

Há uma questão já levantada quanto ao túnel. No ano passado, foi bastante discutida a questão do túnel, já que estava fora do perímetro da lei. No entanto, continua fora do perímetro da operação urbana, e sua extensão, pelo que se percebe na justificativa do projeto, é totalmente diversa da prevista na lei 13.260. O projeto não deveria se adequar e ter sido sanadas essas irregularidades? Por que isso não foi feito?

Vou fazer uma pergunta para a Sra. Rosa. Tendo, como fundamento, o princípio da legalidade, é importante lembrarmos que o projeto foi modificado, a licitação foi iniciada e o contrato foi firmado com empresa e projetistas, acarretando gastos públicos, tudo isso sem que a lei fosse previamente alterada. Não houve consulta a esta nobre Casa Legislativa, à população diretamente interessada e nem muito menos ao conselho gestor, demonstrando falta de gestão participativa e democrática. Qual é o seu pensamento sobre isso? (Palmas)

Nos termos do Plano Diretor, em seu artigo 171, as zonas especiais de interesse social, zonas ZEIS, são porções do território destinadas, prioritariamente, à produção de habitações de interesse social. O projeto de lei pretende dar destinação a diversas ZEIS, dando prevalência à construção de um parque, em que locais pela lei, deveriam ser priorizados para habitação. Por que se pretende dar destinação diversas as ZEIS, contrariando a própria legislação? É correto contrariar a legislação? Gostaria de obter informações da Sra. Rosa e da S-Urb.

O nosso posicionamento é pela prevalência do conteúdo previsto na lei 13.260/01. Não somos contra o progresso. Gostaria de deixar registrado que a lei 13.260/01 foi aprovada por 3/5 dos membros desta Casa Legislativa. Portanto, a alteração pretendida no projeto requer a votação de 3/5. É o que se depreende do artigo 40, em seu parágrafo 4º da Lei Orgânica do Município, bem como do artigo 103(?), inciso II da alínea “a” do Regimento Interno da Câmara Municipal. Nota-se, em relação ao parque, que se pertence desapropriar imóveis

distantes do córrego, bem como quadras inteiras que não estão entre as vias. Considerando as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas e pelo CADES, não é possível que esse projeto tenha segmento, enquanto todas elas não forem completamente sanadas.

Quanto à remoção das comunidades e suas moradias, nem sequer há detalhamento do início da construção das 4.000 unidades habitacionais no perímetro da operação urbana. Quanto à implementação das 6.000 unidades habitacionais, também não há dados concretos sobre o local onde será construído o início das obras e o conteúdo de termo de parceria com a Sehab. A Constituição Federal assegura o direito à moradia, bem como os tratados e convenções internacionais. Assim como decorrência lógica do nosso sistema, evidentemente, a ordem deve ser no seguinte sentido: Inicialmente a construção das moradias e posteriormente a remoção das famílias. Ainda vão me responder?

Sr. Presidente, tenho direito à réplica ou não?

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Não. Temos de dar oportunidade a todos.

Muito obrigado. O seu discurso está muito bem elaborado. Parabéns pelo seu trabalho.

A SRA. TATIANA GONÇALVES SAMPAIO – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Vamos ouvir mais um orador. Depois o Executivo irá responder. Na hora em que o promotor, o defensor quiser se manifestar, informem-nos.

Tem a palavra o Sr. Marcos Munarim.

O SR. MARCOS MUNARIM – Boa tarde a todos. Só farei algumas observações. A Sra. Rosa, no conselho gestor, disse que queria, de uma vez, encerrar o assunto. Quero fazer a mesma coisa. O nosso amigo José Luiz levantou uma questão, a respeito dos terrenos que estavam destinados à moradia popular. Alguns deles não estão aptos.

Há notícias sendo divulgadas na mídia. Ontem, o Vereador Claudio Fonseca, se não me engano, do PPS, talvez por falta de conhecimento e de se aprofundar no projeto,

também fez o que o Executivo está fazendo direto conosco. Está aproveitando um pessoal da comunidade. A lei 13.260/01 já previa o assentamento de todas as famílias que precisariam ser retiradas do entorno da operação e que fossem realocadas no próprio local. Esse projeto de lei não vai garantir as moradias para as pessoas. A lei 13.260/01 já garantia isso, e fica a cargo do Poder Municipal resolver essa questão. O que esse projeto está fazendo é vincular 4.000 casas ao túnel a esse projeto, e está jogando a responsabilidade para a CDHU resolver o restante das moradias. Eu já fico preocupado com essa questão. Estão empurrando, estão gastando dinheiro da operação para serem feitos túneis e parques.

Gostaria que fosse feito um debate com os demais Vereadores. A Mesa da Comissão e Constituição e Justiça não está completa. Gostaria que todos tivessem noção de todos esses detalhes, de irregularidades que levantamos, para que, no dia da votação, não confiem apenas no Poder Executivo e seus assessores costumam fazer, mostrando o que acham de melhor.

O Vereador Aurélio Miguel sabe que tenho a cópia da audiência pública de 2009. Disponibilizo-a para qualquer Vereador e pessoa presente. Quem tomar conhecimento do seu teor, verá a jogada feita. O Sr. Mauro estava lá presente. O Poder Executivo fez um projeto, sobre o túnel de 3.650(?), que já estava fora da lei 13.260/01. Foi feito um túnel e uma maquete eletrônica. Foi preparada uma reunião. Na véspera, simplesmente, mudaram o túnel para o outro lado. Houve um truque para passar como se aquele túnel... A maquete foi passada diversas vezes. Há um engenheiro que passa sempre a mesma maquete.

Criou-se a audiência pública para um túnel. Na hora, o representante, que fez o EIA-Rima, apresentou o túnel do outro lado, e nenhum presente sabia do que estava sendo tratado. No mínimo, o Sr. Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho teria de ter encerrado, na hora, a audiência pública e ter pedido para que fosse marcada uma outra, explicando melhor as coisas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Eu que agradeço.

Tem a palavra a Sra. Rosa Maria Miraldo, para responder os questionamentos.

O SR. ROSA MARIA MIRALDO – Vou traçar os comentário em relação às questões levantadas. Começo pela Sra. Cibele. Suas informações são pertinentes e importantes, pois envolvem o grupo gestor. Além de tudo isso ser importante, é fundamental, porque, de fato, o grupo gestor é parceiro. Isso está em lei, e me causa um pouco de estranheza, Cibele, porque há aspectos que a senhora falou que são relevantes e pertinentes. Por outro lado, como disse, a senhora está conosco em todas as reuniões. A questão do túnel ou da configuração do parque, desde à 15ª reunião, está sendo passada. A partir dessa questão, foi levantada a questão do melhoramento viário e sua compatibilização com o parque, apresentado nas reuniões anteriores. Havia a sua configuração.

O grupo gestor tem de se manifestar. Não precisa esperar uma audiência pública para isso ocorrer. Quanto ao que foi manifestado, todas as atas estão aprovadas. Isso está no *site* da SP Urbanismo. A última pode não estar, porque ainda não foi aprovada, mas até a 21ª está lá. Não consta uma advertência ou uma colocação do conselho dizendo: “Sou contra esse projeto. Quero ver isso”.

Vemos que o coordenador, Sr. Rubens Chamas, nas atas, colocando à disposição projetos, para que pessoas possam consultar. Nas atas anteriores, quando um determinado tema foi colocado, havia uma prerrogativa, de que quando, em determinado setor, o estoque está chegando a 50%, tenta-se fazer uma calibragem. “Vamos tirar um pouco do residencial e passar para o comercial”. Isso foi colocado na reunião e todos os conselheiros que se manifestaram contra estão na ata. Essa questão não foi passada.

Com respeito à questão da via parque, o Sr. Namoru(?), mais de duas vezes, falava: “Isso está dentro? O melhoramento viário está sendo contemplado? Conversamos já sobre isso. Precisamos acertar isso”.

A Emurb tem a prerrogativa de representar o grupo de gestão, diante dos órgãos

municipais. A senhora tem razão. Isso poderia ter sido avisado. O que fizemos, ao trazer esse projeto para cá, foi atender o que havia sido pedido. Agora esse projeto contempla o melhoramento viário. Aquela linha que existia foi alargada, como estão dizendo. Por que está sendo necessário um melhoramento viário para isso ser aprovado? Se fosse apenas o parque, como equipamento público, não haveria necessidade de aprovação na Câmara. Ele poderia entrar com um Adup(?), mas sempre que há um melhoramento viário, tem de passar como aprovação de melhoramento. Por isso, veio para cá.

Depois desse levantamento das questões, se o parque atendia ou não à lei, sob o ponto de vista da lei, como ela estava desde 2001, fomos à Desap, participamos de uma reunião com o atual diretor. O Sr. Roberto Molim estava presente, como eu. A Desap orientou-nos, dizendo: “Os senhores precisam entrar com um projeto de lei, para regularizar a situação, porque, do jeito que as coisas estão, não está correto. É por isso que esse PL está na Câmara.

A mudança foi proposta porque o melhoramento viário foi aprovado dentro da lei. Se todos os melhoramentos viários que há, todas as ruas que mudariam de configuração, como a Chucri Zaidam e a própria Roberto Marinho estivessem sido aprovados numa lei à parte da operação urbana, seria essa que estaríamos propondo alteração aqui, mas está no artigo 28, que traz uma série de melhoramentos viários. Isso está mudando. Todos os artigos e regramentos da lei, os estoques, como funciona a compra de Cepac, o estoque para cada setor, as diretrizes urbanísticas de cada setor, os objetivos da operação urbana e a composição do grupo gestor, nada disso mudou. Apenas se mudou o melhoramento viário. A lei da operação urbana não está mudando. As regras do jogo não estão mudando. Está mudando o melhoramento viário contido no artigo 28.

Tenho mais um esclarecimento a fazer. A Sra. Cibele coloca que o projeto, na descrição, em sua parte escrita, não traz como trazia antes, no artigo 28, da rua tal a rua tal, 40 metros, e da rua tal a rua tal mais 60 metros. O pessoal da S-Urb está aqui e pode esclarecer melhor essa questão.

O que acontece no final de cada uma dessas descrições? No artigo 28, em seu artigo 3º, encontramos que ficam igualmente aprovadas as concordâncias de alinhamento constante nas plantas tais e tais. No próprio *caput* do artigo, encontramos: “Ficam aprovados os melhoramento viários constantes das plantas anexas, a seguir descritos”. Então, esse melhoramento é composto por texto e planta. Há coisas que não dá para serem escritas em lei. Cito o exemplo da Chucri Zaidan. “Vão fazer uma curva tal com raio tal”. Estou falando sobre os ajustes de curvas que estão fazendo agora. Aí nos reportamos à planta.

No caso do parque, ele tem uma configuração totalmente regular. Não há como ser colocada a largura. Agora posso responder uma das questões levantadas. Vamos colocar a largura do parque a cada cinco ou dez metros? No projeto de lei, não fazemos isso. Colocamos o parque. Podemos colocar os seus limites externos, mas aí nos reportamos à planta que vai junto, passando a fazer parte integrante do documento. Essa planta, na hora da aprovação, é rubricada pelo Presidente da Câmara e pelo Sr. Prefeito.

O que está sendo colocado nesse projeto de lei é a adequação viária, por conta da mudança desse trecho que vai da Lino até à ligação das Imigrantes. O restante da operação urbana não mudou em nada. Mudou-se o melhoramento viário.

Quanto a essas passagens, em desnível, ao lado das vias locais do Brooklin, da Berrini até à Washington Luís, há um projeto básico em andamento. Vamos acompanhar isso. Sob o ponto de vista do trecho que vai do Lino até é Imigrantes, o projeto está também em andamento. Vamos todo esse processo.

Sob o ponto de vista do grupo gestor, não trouxeram informações. Desde o primeiro trabalho, fiz o mapeamento de presenças. Muitas pessoas não aparecem nas reuniões. Quem aparece precisa falar, manifestar-se e levar informações. Se pegarmos a ata da 15ª até agora, quem já se levantou poderia ter dito: “Não quero esse projeto. É irregular”. Alguém proíbe os senhores de perguntarem alguma coisa?

Sra. Cibele, estamos lá diariamente. Colocamo-nos à disposição. Nesse documento

que a senhora nos trouxe, essa questão já foi respondida. Já nos reunimos e já falamos sobre a questão do acompanhamento ambiental, importante matéria. Estão pegando mais pessoas para acompanharem os trabalhos. O que a senhora falou é fundamental. O grupo gestor precisa estar junto, e essa população está sendo representada pelos senhores. Podem procurar o IAB. O grupo gestor tem seus representantes. Precisamos conversar com eles.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ROSA MARIA MIRALDO – Há a lei que indica quais são os representantes. Nela encontramos isso. As pessoas precisam procurar um dos representantes para levar as suas ideias. Há o Movimento Viva São Paulo, o IAB, o Instituto de Engenharia e o Secovi. Há os representantes, repito. Isso está em lei.

Mais uma vez, ressalto que houve várias colocações, perguntas. A maneira adequada foi como a Sra. Cibele fez, protocolando aqui o documento, para obter respostas. Temos respondido as questões, e os senhores têm canais de representação no grupo gestor. A ninguém é vedada a participação até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Não, não, a senhora se inscreve. Se não, vai ficar...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Presidente, não respondeu a pergunta da moça.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Eu estou conduzindo os trabalhos. Ela formulou uma pergunta, inclusive, para outro técnico, e eu gostaria que o senhor respondesse agora. (Pausa)

LUIZ CARLOS – Sou Gerente de Projeto da SP-OPS. A pergunta é sobre o alinhamento viário e o limite do parque. O alinhamento viário define o perímetro da via pública que está sendo proposta na operação urbana. Esses limites estão apresentados dentro do PL. Eu apresentei a resposta, ontem, dizendo que o limite indicado na lei é o limite do viário proposto e não do parque. Isso é que eu não sei se consegui expressar, mas...

- Manifestação da platéia.

O SR. LUIZ CARLOS – Perfeito. O projeto de lei define o perímetro da via que contorna o parque, essa é a proposta que está no projeto. É uma proposta do limite do novo viário que vai ser implantando dentro da operação urbana.

- Manifestação da platéia.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Gente, vamos repetir as perguntas, agora! (Pausa) Vamos lá! A senhora não anotou as perguntas quando ela formulou?

O SR. LUIZ CARLOS – O entendimento, a resposta que eu posso dar é que o PL diz respeito ao perímetro da via e não do parque, essa é a minha resposta.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – OK. É bom anotar para chegar e responder depois... Com a palavra o Vereador Donato.

O SR. DONATO – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente Arselino Tatto e em nome dele a Comissão de Justiça por ter chamado esta audiência. Acompanhamos o debate há um ano, através da Comissão de Finanças – eu, o Vereador Aurélio Miguel, o Vereador Adilson Amadeu. Muitos da Comissão eu quero parabenizar pela persistência, pela capacidade de qualificar o debate. Acho que do ponto de vista da legalidade ficou bastante claro que o projeto é ilegal. Só para historiar.

- Aplausos da plateia.

O SR. DONATO – Quando iniciamos o debate na Comissão de Finanças, convidando o adjunto de SIURB, Dr. Marcos Penido, na primeira reunião verificamos que a obra, naquele momento era ilegal porque fugia do perímetro da operação urbana. Em seguida, em outros debates, em outras audiências públicas com o Dr. Elton Santa Fé, com vários técnicos da EMURB e SIURB, eles se comprometeram a mandar projeto de lei para adequar à legalidade da operação. Agora, manda um projeto de lei tentando um atalho, e não um projeto de lei alterando a lei da operação urbana, mas com a história de melhoramento viário e que não resolve nenhum problema da legalidade, na minha opinião e como foi demonstrado aqui

pela fala de muitos. Do ponto de vista da legalidade, não se avançou.

Mas quero discutir um outro aspecto que foi falado só pela arquiteta Lucila, de passagem, eu continuo como membro da Comissão de Finanças. A Operação Urbana Água Espreada começou, de fato, a arrecadar em 2004. São praticamente seis anos e meio. Ela arrecadou... tem de saldo 900 milhões, mas ela arrecadou 1,2 bilhões, 1,3 bilhões, talvez, não mais que isso. É um 1,3 bilhão, está aqui, em seis anos. O pacote de obras, inclusive o aumento do túnel, só o túnel são mais de 2 bilhões, a avenida-parque um outro tanto, tem toda à parte da Chucuri Zaidan e do Panamby, da Ponte Burle Marx. Gostaria de saber exatamente da representação da Prefeitura qual o volume de recursos que serão destinados para essas obras todas? Essa é a primeira questão.

Porque o espírito da operação urbana é re-qualificar aquele perímetro e mitigar os impactos de você adensar a área. Para isso, emite-se cepacs dentro dessa lógica e não para usar recursos do Tesouro. Se uma operação urbana tem 900 milhões em caixa e pelo menos uma projeção de gastar mais de 4 bilhões, o dinheiro que vai complementar a operação é do Tesouro Municipal, que vai sair das obras necessárias contra as enchentes, de obras necessárias em tantas regiões da cidade. Portanto, temos de discutir aqui o custo-benefício do impacto, custo-benefício das obras. Tem o aspecto legal que foi demolido aqui. Tem o aspecto urbanístico que também já foi bem debatido, mas tem o aspecto do custo-benefício: vale a pena à cidade de São Paulo fazer um túnel de 2,3 quilômetros que vai custar mais de 2 bilhões de reais e vai tirar esse dinheiro não da operação urbana, do cepac, vai tirar do Tesouro Municipal. É disso que se trata porque se em seis anos arrecadou 1,3 bilhão, em quantos anos vai se arrecadar 4, 5 bilhões de reais?

- Aplausos da plateia.

O SR. DONATO – Quero que a Prefeitura me explique essa equação financeira.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Só para corroborar, Presidente: também sabermos qual a ordem e o cronograma das obras! As prioridades porque primeiro é o túnel, primeiro as

moradias – que deveriam ser primeiras; primeiro as intervenções... quais são as prioridades das obras?

- Aplausos da plateia.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra Jane dos Santos Souza, moradores de Pedro Bueno.

A SRA. JANE DOS SANTOS SOUZA – Gente, eu não sou doutora, eu sou uma dona de casa. E como disse o Secretário, que já se retirou, eu faço parte do resto, do resto! (Aplausos). Quero falar para a arquiteta Rosa que favela não se usa mais falar, nós pertencemos, nossos vizinhos são a nossa comunidade. (Aplausos) Ouvei falar que 79% do túnel está fora do perímetro. O túnel está no subsolo. Na minha escola primária eu aprendi que logo abaixo do solo é o subsolo, então ele pertence, é uma união só. Como se ele está fora do perímetro ele pode ser construído? O solo está suspenso aonde vai ser a avenida e aonde vai ser o túnel não existe perímetro? Como mede o perímetro do subsolo, que lei vocês usam? Tem alguma lei que a gente desconhece, lei da gravidade, alguma coisa assim? Não é?

O que o Vereador Aurélio Miguel falou, é uma obra faraônica, e a única diferença Vereador é que os faraós, na antiguidade, sepultavam dentro das pirâmides, com as riquezas deles, e nós, moradores do resto, vamos pagar um custo de menos de 4 quilômetros, quase 4 bilhões! E eu, na minha santa ignorância de economia de dona de casa, isso é uma afronta a qualquer lei da Economia!

É isso que eu tenho que falar para vocês, e agradecer a esta Casa que sempre recebe a gente de porta aberta, e a gente conta com o bom senso de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra Marcondes Santos Junqueira da Associação dos Moradores do Entorno Aeroporto/Congonhas.

O SR. MARCONDES SANTOS JUNQUEIRA – Antes de fazer a minha exposição, queria comentar alguma coisa dita pela Dona Rosa. Até acredito na sinceridade da senhora quando diz que o povo, que a população não deve ficar sem transporte coletivo.

A senhora dizia a respeito do monotrilho da sua preocupação em não inviabilizar a obra do monotrilho, que é uma iniciativa do Metrô etc.

E parece haver um descompasso muito profundo entre teoria e prática da Administração Pública de São Paulo. E os nove terminais de ônibus? E os 66 km de corredores de ônibus? A preocupação da Administração acabou, só na colaboração com o Governo do Estado, esgotou por aí? A população é mais do que isso, Sra. Rosa.

Peço aos Srs. Vereadores presentes que acompanhem meu raciocínio. A Usina de Itaipu, construída há décadas, custou perto de 30 bilhões de dólares. Esse montante trazido a valor presente por uma taxa de câmbio absurda de quatro reais por um dólar representaria hoje algo como 120 bilhões de reais, ou o equivalente a 12% do orçamento da União para 2011, de um orçamento de 990 bilhões, já expurgado daqueles penduricalhos.

O custo do túnel de 2.350 metros, desapropriações, parque e avenida, pode superar, como já foi falado pelo próprio Sr. Elton Santa Fé, que falou em 2,2 bilhões, mais 1,6 bilhões, e vai passar disso, de 4 bilhões, com toda a certeza. Isso representa, no mínimo, 11,3% dos recursos do Município para este ano. Isso também já foi falado.

É como se a Prefeitura, guardadas as proporções dos orçamentos da União e do Município, quisesse gastar o equivalente a uma Itaipu. Desculpe, mas isso é dar tiro de canhão para matar passarinho. E faz isso alegando que vai melhorar o trânsito da zona Sul. Balela! Vai piorar. Nós sabemos disso.

Querem nos tirar de nossas casas regulares, que nós pagamos IPTU; querem nos tirar a preço de banana, pois é sabido que a Prefeitura avalia mal os imóveis a desapropriar.

Só para lembrar, os carnês de IPTU de 2010, para a maioria da população afetada, vieram zerados; enquanto que, para outra parte, o valor foi bastante reduzido. O motivo, eu tenho uma suspeita: é desvalorizar, falar que nossos imóveis não valem nada. (Palmas)

E quais serão os grandes beneficiários desse imbróglio todo? Claro que serão as construtoras envolvidas no processo licitatório e mais as incorporadoras imobiliárias, que terão

um filé ali, uma nova Berrini para nadar de braçada em cima da nossa tristeza, da nossa perda patrimonial. (Palmas)

Muitas famílias se mudarão para essa nova região e vão encher as ruas. A execução do projeto previsto na Lei 13.260, incluindo desapropriações, não ultrapassaria um bilhão; e implicaria desapropriação de menos de 100 famílias. O que a Prefeitura quer fazer agora é quadruplicar, quintuplicar, sei lá quanto, o custo financeiro e multiplicar por dez o custo social.

A ideia toda é estapafúrdia; o projeto é perdulário e tem um impacto social muito forte. A tentativa da Prefeitura é legalizar a ilegalidade que foi criada. Isso já foi dito aqui, já foi mostrado.

E nós alertamos aos senhores membros do Tribunal de Contas do Município que investigue essa questão dos projetos, que foram feitos, desenvolvidos e pagos mais de 50 milhões de reais para esses dois projetos irregulares, ilegais. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) - O senhor pode encaminhar o documento, faremos constar nas notas taquigráficas, só para dar oportunidade para mais pessoas.

Pode continuar, Sr. Marcos.

O SR. MARCOS – Pergunto aos senhores quantos postos de saúde, creches, escolas, moradias populares poderiam ser construídas com esse valor? Quantas vidas seriam poupadas, se obras efetivas contra inundações fossem feitas? Será que furar esse maldito buraco no coração da zona Sul é mais importante que cuidar da Saúde, Educação e saneamento básico?

- Manifestações na platéia.

O SR. MARCOS – Chamo isso de maldito buraco, porque é assim que sinto. Com essa grana toda daria para melhorar muito o transporte público. São Paulo não precisa dessa obra faraônica, tirando o termo do Vereador, isso porque o rodoanel já está funcionando e muito bem. A lista de metas não cumpridas pela atual Administração, publicada há alguns dias,

nos dá uma ideia do que é prioritário para o Sr. Prefeito, o maldito túnel é prioridade número um, mas os três hospitais públicos prometidos; 40 ambulatórios odontológicos, o fim da fila em creches; 200 clubes escola; nove terminais de ônibus, tudo isso e muito mais, parece que vai ficar só na promessa. Quanto a prometida redução da tarifa de ônibus, ele não reduziu, aumentou.

- Manifestações na platéia.

O SR. MARCOS – Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, tão importante quanto verificar se um projeto atende ou não aos preceitos constitucionais e legais – e esse foi demonstrado aqui que não atende – tem de se verificar também se ele é bom para a cidade e para o povo que os senhores representam. Por isso, deixo registrada uma pergunta: como o senhor, nobre Vereador, quer ser lembrado na próxima eleição, como aquele que defendeu o bem estar do povo ou que lutou pelos interesses do Prefeito?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Sr. Marcos Antonio Ribeiro, da Associação Amigos da Vila Santa Catarina.

O SR. MARCOS ANTONIO RIBEIRO – Bom dia a todos, estou aqui para falar um pouco sobre moradia, em nome dos moradores da comunidade e não da favela. Quero dizer que hoje aprendemos uma lição, os juristas, que os estudos técnicos se prevalecem da legislação, não há segurança jurídica. Hoje, o estudo técnico do túnel que sai do perímetro se prevalece da lei. Então, hoje aprendi mais uma lição com a Dona Rosa, obrigado.

Quero dizer que a lei diz, salvo engano, artigo 2º, que o reassentamento dos moradores de comunidades tem de ser definitivo, não pode ser nem cheque aluguel e nem antes a obra da moradia. Então quero deixar registrada - todos os colegas já falaram, Dr. Hugo, Tatiana – expusemos toda nossa indignação quanto à segurança do projeto, ora isso, ora aquilo, precisamos de uma definição.

Então, senhores, autoridades, Srs. Vereadores, pedimos em nome das

comunidades, que os senhores examinem também o cadastro da Sehab que está sendo feito na comunidade, 12 mil reassentamentos, salvo engano, cada empreiteira mil, dá quatro mil. Então quer dizer, não consigo entender essa conta.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCOS ANTONIO RIBEIRO – Quatro mil e quinhentos, que seja. Srs. Vereadores, queremos saber se há possibilidade de pararem os trabalhos da Sehab também, porque isso aterroriza a comunidade.

Gostaria de entender, também, se o PL está sendo votado e a continuidade dos trabalhos? Não entendemos isso, se ainda está sendo discutido, por que estão lá cadastrando, fazendo reuniões, mandando cartas? Ora, se está sendo discutido, não entendemos isso.

Queremos deixar claro que a comunidade é contra o projeto que está sendo executado, não contra o progresso ordenadamente. A comunidade só sairá com moradias, não sairemos de lá sem moradias. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Antes da resposta do Executivo, ouviremos o Dr. Douglas Magami, da Defensoria Pública, que terá de se retirar em seguida.

O SR. DOUGLAS TADASHI MAGAMI – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, quero agradecer ao Presidente da Comissão e seus Vereadores membros.

Sou Defensor Público do Estado de São Paulo, trabalho no Núcleo de Habitação e Urbanismo. Para quem não sabe, a Defensoria Pública é o órgão público que se destina a prestar serviço público de assistência jurídica à população de baixa renda. Não tive tempo hábil para fazer um estudo comparativo entre a Lei 13.260 e o PL 25/2011 até porque as plantas que o PL se propõe a modificar não estão disponíveis na internet, salvo engano.

Minha primeira impressão é que a participação popular na apreciação do projeto de lei é figura imprescindível nos termos do que dispõe a Constituição Federal, que assegura a soberania popular e a cidadania, e também nos termos do Estatuto das Cidades, que garante a gestão democrática das cidades, por meio da participação popular, na formulação, execução e

acompanhamento de projetos de desenvolvimento urbano.

O que me deixou realmente preocupado diante do exposto hoje é o desvio de finalidade que está sendo proposto no PL em relação às áreas de ZEIS. Na verdade, se realmente houver uma destinação outra nas áreas de ZEIS que não a construção de habitações de interesse social, para além de ilegalidade, há uma flagrante inconstitucionalidade por violar: o Plano Diretor e a Lei de Zoneamento; o artigo 182 da Constituição Federal, que determina que aos municípios compete executar política de desenvolvimento urbano com base no Estatuto das Cidades e com vistas a proporcionar a função social da cidade e o bem estar de seus habitantes; e também o inciso XXIII do artigo 5º da Constituição Federal, que garante a função social da propriedade, fora o artigo 6º, que garante o direito à moradia, direito social fundamental.

Nesse sentido, o reassentamento da população deve ser feito dentro da própria área de ZEIS. Isso decorre do próprio conceito de ZEIS. Não há por que utilizar as ZEIS para outras finalidades e se fazer o reassentamento em outro local. Isso viola flagrantemente a função social da propriedade e da cidade, produzindo uma ordem urbana excludente.

Outra coisa que quero ressaltar é nossa preocupação em relação à provisão de unidades habitacionais. Parece que no projeto estão previstas 4 mil unidades, mas há 12 mil famílias cadastradas. Para onde vai o restante dessas famílias? Na verdade, tudo leva a crer que boa parte delas ficará em atendimentos habitacionais provisórios por longo tempo como aluguel social e bolsa aluguel, o que é inadmissível. Então, quero recomendar aos representantes do Executivo que garantam o reassentamento com antecedência em relação ao avanço das obras. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Passo a palavra à Sra. Rosa Maria Miraldo, representante do Executivo. Em seguida, falará o Vereador Adilson Amadeu.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Começarei comentando a fala do defensor público em relação ao reassentamento. Depois, gostaria até que o Luiz complementasse minha

fala, se se fizer necessário, uma vez que ele está representando a Beth França no trabalho com as famílias.

Dos decretos que já fizemos, quero fazer dois comentários. Em primeiro lugar, relativamente àquele rapaz que disse que eu, na reunião do grupo gestor, queria encerrar o assunto, quero dizer que não usei estes termos: “encerrar o assunto”. Um rapaz que estava presente disse, em relação ao reassentamento nas 45 áreas, que grande parte delas estava inviabilizada por alguma razão. Eu disse que não. Você disse isso em duas reuniões. Eu disse a você que não era isso, mas não falei em encerrar o assunto.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Por favor... Esse assunto não está encerrado, tanto é que, agora, não são mais 44 áreas, mas 46 áreas.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Por favor, vamos ouvir a Sra. Rosa.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Seja como for, estamos agora em processo de planta expropriatória em relação a esses 46 áreas. Então, essa informação de que as áreas não eram apropriadas não procede. O Luiz, que está aqui comigo, tem acompanhado isso. Nessas áreas cabem mais do que 4 mil famílias. O que ocorre é que o convênio com o CDHU vai nos ajudar, mas nessas áreas cabem mais de 4 mil famílias. Estamos agora com estudos relativos à Lei de Uso e Ocupação do Solo, ao coeficiente de aproveitamento e a uma série de outros pontos.

Já comentei aqui, Sr. Defensor, que não podemos ocupar algumas ZEIS que foram indevidamente grafadas no Jabaquara. Muitas dessas áreas estão em ZEIS, o que facilita muito a nossa vida do ponto de vista da lei de uso e ocupação do solo e do coeficiente de aproveitamento. Existem ZEIS, Sr. Defensor, onde há escolas. Não vamos desapropriar escola. Da mesma forma, existem ZEIS onde há shoppings e moradias de muitos anos...

- Manifestações na plateia.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Eu sei, eu sei...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Por favor, pessoal.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Sei disso. A sua realidade não é ZEIS, é túnel.

Sei disso. Estou falando de outra coisa, não do túnel. Sobre o túnel, você pode indagar. Aliás, você veio aqui e já falou.

Há duas questões relacionadas às ZEIS. Primeiramente, as ZEIS que estavam vazias foram decretadas. ZEIS com casas de famílias que moram no bairro, nós não indicamos. Sou técnica, não política, e fiz essa indicação junto com uma equipe de técnicos.

Outra questão das ZEIS que não são apropriadas... Aquela senhora que esteve aqui vai me perdoar, mas vou dizer, sem nenhum demérito, a palavra “favela” porque já andei muito em favela - coisa que talvez algumas pessoas hoje presentes não tenham feito – marcando porta de barraco e conversando com as pessoas. Fiz muito isso na década de 90, e por muitos anos. Não há demérito nenhum em se falar “favela”, onde há gente muita digna, e gente que não está aqui hoje e que está muito bem atendida pela equipe de Sehab.

Continuando, em relação àqueles que dizem que estão no perímetro da Via Parque, as famílias que estão sobre esse perímetro, em habitações precárias, serão removidas para uma área que pode ser ZEIS, ou pode não ser, para moradia definitiva. Tem toda a razão aquele rapaz que falou antes. É isto mesmo: a lei do Plano Diretor prevê moradia definitiva, e é isso o que tem de ser feito. Os escritórios já estão contatados; aliás, o projeto executivo já está contratado e está sendo feito. E o número de 4 mil já ficou para trás do ponto de vista da potencialidade dessas áreas que nós decretamos.

Peço até desculpa ao Vereador Donato, pois discordo dele em relação à ilegalidade do projeto de lei. Trata-se de um projeto de lei de melhoramento viário. Ele está nesta Casa e, legal ou não legal, passará pelas Comissões e será avaliado, pelo que entendo, com muita competência.

Em relação à questão do custo-benefício, aí sim, nós concordamos. O senhor tem toda a razão: os custos são vultosos. E quanto à qualidade ambiental, à que me referi no início, o Vereador disse bem: a Cidade tem prioridades. Agora, habitação é uma prioridade muito importante na Cidade. Da mesma forma, a drenagem, pois ali é um fundo de vale onde há enchentes. Será que a Prefeitura, independentemente da operação urbana, não teria de remover aquela favela?

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Senhora, por favor... Independentemente da operação urbana, não teríamos de, ao invés de impermeabilizar uma área tão grande, deixar ali uma área permeável para ajudar.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Estou falando da Via Parque. Quando chegarmos à questão do túnel, a senhora também se manifeste. Alias, a senhora já esteve aqui, e eu não a interrompi.

Acho que se trata de um benefício para a Cidade, sim. Estou emitindo minha opinião, meu ponto de vista de técnica. Isso não fere o objetivo da Lei da Operação Urbana, muito pelo contrário. Porém, os custos envolvidos devem ser avaliados. Particularmente, entendo que são obras do interesse da cidade de São Paulo, seja parque para a região de Jabaquara-Americanópolis, seja drenagem.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – E quanto às prioridades? Primeiro o túnel, depois as habitações?

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Acho que isso é muito pertinente. Acho que as habitações são importantes, senão você não tem...

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Não, são as mais importantes.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – São importantes.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – É mais importante a habitação do que o túnel.

- Palmas na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Deixem a oradora terminar, por favor.

(NÃO IDENTIFICADO) – Vereador, evidentemente as habitações serão a primeira etapa de obras.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Por favor, vamos manter a ordem. Dona Rosa, com a palavra.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Eu queria só fazer uma observação, respeitosamente, ao senhor que fez a fala. Quanto às desapropriações, o número delas não está definido na lei. Diz o inciso I do artigo 3º da Lei 13.260: “Desapropriações para a realização das obras necessárias à implementação da Operação Urbana Consorciada aprovada nesta Lei”. No Parque Chuvisco, por exemplo, houve desapropriação, assim como nas obras das HIS. Isso, por si só - assim como em outras intervenções como na Chucri e parte do que era antigamente o puxadinho -, já iria dar mais de 100. Entendo a situação das pessoas atingidas, entendo perfeitamente, mas cabe-me esclarecer as questões que foram formuladas. Em relação àquelas perguntas que não foram contempladas pelas nossas respostas, porque é muito coisa, reitero a possibilidade de serem encaminhadas para serem devidamente respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Obrigado. Tem a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu. Em seguida, falará o Promotor Maurício Antonio Ribeiro Lopes, que terá de se retirar.

O SR. ADILSON AMADEU – Serei breve, Sr. Presidente, nobres Srs. Vereadores, representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Executivo. É uma pena que o Secretário Elton precisou se ausentar.

Como representante da Câmara no Conpresp, informo que em reunião ordinária daquele Conselho do dia 26 de abril foi aprovado o Processo 2010-0.192.652-4, referente ao

projeto de implantação da linha 17 Ouro, que contempla o trecho Aeroporto de Congonhas-Estação Morumbi. Minha posição era a de um projeto com diretrizes, mas fui voto vencido naquela reunião. Mas notem que estranho: o relator do processo era simplesmente o Secretário de Desenvolvimento Urbano do Município.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – Não estranhem nada no governo Kassab, fiquem só atentos.

- Palmas na plateia.

O SR. ADILSON AMADEU – E mais: parabênizo o nobre Vereador e amigo leal Aurélio Miguel e o nobre Vereador Donato, que estão acompanhando de perto, com olhos bons e coração, esse processo.

A Sra. Rosa discorda do nobre Vereador Donato em relação ao fato de ser o projeto ilegal, e discordo dela completamente. A senhora não discorde dos Vereadores, porque o projeto só irá passar por rolo compressor, uma vez que o Prefeito Kassab tem maioria nesta Casa. Estamos atentos e vamos trabalhar muito. Vamos dar trabalho.

- Palmas na plateia.

O SR. ADILSON AMADEU – Em relação à máquina caça-níqueis de projetos desta cidade, ela é gigante, sim. A CPI teria de acontecer, mas não conseguimos aprová-la; há um Sr. Diretor de Projetos da Emurb que deve saber disto. Além disso, há as cartas marcadas. Devemos urgentemente colocar num envelope e enviar a um cartório, Sr. Promotor, o nome da empresa, do consórcio que irá construir as obras.

- Palmas na plateia.

O SR. ADILSON AMADEU – Podemos, sim, registrar em cartório o nome, porque nós já o conhecemos.

Quando presidi, no ano passado, a CPI das enchentes, ao lado dos colegas Aurélio Miguel e Donato, falávamos muito sobre a necessidade de piscinões. No entanto, fizeram

recentemente um projeto milionário e cancelaram a construção dois piscinões. Acreditem: o Prefeito está preocupado com outras coisas. Quem diz isso é o Vereador Adilson Amadeu, que humildemente admite, entre 1952 e 1957, ter morado em favela e depois em cortiço. Por isso, dou valor à população. Parabéns a vocês que estão hoje aqui falando a verdade e mostrando a situação de modo transparente. Obrigado.

- Palmas na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Dr. Maurício Antonio Ribeiro Lopes, da Promotoria de Habitação e Urbanismo do Ministério Público.

O SR. MAURÍCIO ANTONIO RIBEIRO LOPES – Srs. Vereadores, Sr. Presidente, Sr. Conselheiro do Tribunal de Contas, agradeço imensamente o convite feito a mim.

Em primeiro lugar, quero dizer que o Ministério Público não gosta de se manifestar sobre projetos de lei. Isso porque não existe um controle prévio de constitucionalidade. Temos confiança em que esta Casa de Leis de São Paulo saberá examinar essas questões. De qualquer maneira, eu não poderia me furtar à responsabilidade de dizer que, se convertido em lei, se sancionado como está, esse texto será seguramente questionado pelo Ministério Público no seu aspecto formal; será questionado pelo Ministério Público, seguramente, na sua execução, e, sob diversas outras óticas, por diferentes Promotorias: Habitação e Urbanismo, Patrimônio Público e Meio Ambiente. Isso, com toda a certeza, porque encontramos já, grossa vista, indícios de que o projeto fere inúmeras determinações legais.

- Palmas na plateia.

O SR. MAURÍCIO ANTONIO RIBEIRO LOPES – Como segunda curiosidade, eu teria de formular a pergunta à arquiteta da Prefeitura de São Paulo. Eu até comentei com o Vereador Aurélio Miguel que me chama muito a atenção o transporte público na Cidade, porque, na maior parte dos túneis recentes, o transporte coletivo não foi contemplado, não foi beneficiado. Nesse túnel circularão ônibus?

- Manifestações na plateia.

O SR. MAURÍCIO ANTONIO RIBEIRO LOPES – Só para confirmar.

- Palmas na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Ouviremos o Dr. Luiz Camargo, representante do Tribunal de Contas.

O SR. LUIZ CAMARGO – Boa tarde a todos os integrantes da Mesa, autoridades e público presente.

Eu avaliava esta reunião e cheguei à seguinte conclusão: cada coisa a seu tempo. Neste momento, estamos no tempo da Câmara Municipal. A Câmara está avaliando o projeto de lei para saber da sua legalidade ou da sua ilegalidade, atribuição que lhe compete exclusivamente. Não vou entrar no mérito se, sob o meu ponto de vista, ele é legal ou ilegal, isso compete a eles; quero somente deixar registrado o papel do Tribunal de Contas nesse processo.

Se lembrarmos bem, em 2009 a licitação estava na rua, mas, por uma análise do Tribunal de Contas, foi suspensa para que se prestassem os esclarecimentos técnicos a respeito do procedimento licitatório. Esses esclarecimentos técnicos tiveram todo esse desdobramento de tal modo que se chegou à necessidade de se apresentar outro projeto de lei para ser apreciado pela Câmara Municipal para viabilizar sua continuidade.

Às vezes, o nosso trabalho não tem essa divulgação, esse alcance, mas vejo com orgulho – nem falo isto como funcionário do Tribunal, mas como um munícipe -, que o Tribunal agiu corretamente dentro de sua competência. Era o que eu queria deixar registrado no momento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Sr. José Luiz Zanoni, do Consabeja.

O SR. JOSÉ LUIZ ZANONI – Boa tarde. Acho que o pessoal de Siurb e de Emurb aprendeu muita coisa hoje aqui. Acho que o representante da Emurb não conhece a Lei 13.260 e deveria lê-la bem para entender o seu significado. Por essa lei, seria feita uma ligação da

avenida até a Imigrantes para acabar com o problema social que nós temos no Jabaquara. Infelizmente, a única coisa que escutamos até agora foi sobre os buracos, mas não somos tatus.

Então, temos de ver essa situação, que está muito triste, como a Dona Rosa falou, e isso realmente aconteceu no Conselho Gestor. Eu fico até chateado de saber que as atas do Conselho Gestor são aprovadas em outra reunião, depois de três meses; não são aprovadas no dia. Tem conselheiro que até já morreu, mas está aprovando ata. É brincadeira, mas verdade, e eu posso provar que isso aconteceu.

Realmente, houve uma reunião sobre esses 45 lotes onde serão construídas as residências, e concluiu-se que em 17 há condições para construir; no restante, não. Mas foi discutido se ainda há condições construir nos outros 45. Na penúltima reunião do fórum, do qual oficialmente eu e as lideranças estamos proibidos de participar, o responsável pelo consórcio disse que é mais fácil construir primeiro o túnel e depois a moradia. Agora, não se esqueçam de que a Ponte Estaiada não serve nem para congestionamento, porque toda vez que assisto ao SP TV, a Marginal está toda congestionada, e a ponte, livre. Inclusive eu pergunto se a Globo paga alguma coisa para exibir a imagem da ponte, porque foi o cenário mais caro já feito pela emissora, no qual ela gastou 600 milhões.

Eu briguei por esses 600 milhões, que seriam para construir moradias, conforme a Lei 13.260. Mas agora o Secretário do Meio Ambiente quer instalar um parque, sendo que foi ele que contribuiu com essa desgraça social de falta de moradia presente no Jabaquara. O que ele quer fazer é jogar aquele pessoal na rua, quer passar um trator por cima. É triste isso.

Aproveito a ocasião para perguntar tanto para o pessoal da Sehurb como para o da Emurb se as 1300 casas do Jardim Edith, da Estevão Baião e das Corruíras, fazem parte dessas quatro mil residências que estão sendo construídas, mil por cada construtora.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ LUIZ ZANONI – É exatamente isso que eu gostaria de saber, porque

cada um fala uma coisa. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Sr. Mauro Alves da Silva, também da Consabeja.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Sou da Consabeja e também faço parte da produção do programa Tribuna da Cidade, da Rádio Terra, onde estamos discutindo essa questão da Água Espreada.

Primeiramente, eu gostaria de citar a seguinte frase do poeta Mário Quintana: “A mentira é uma verdade que esqueceu de acontecer”. Não vou falar das mentiras da Prefeitura e sim das verdades que não aconteceram. A principal verdade que não aconteceu foi a Operação Urbana Água Espreada, a Lei 13.260. Foi arrecadado 1 bilhão e 300 milhões; inicialmente foram gastos 300 milhões na ponte e foram gastos 50 milhões em projetos, em papel, mas não foi assentado sequer um tijolo na construção de moradia popular para uma população estimada de 20 mil moradores.

Agora, quem é que precisa de um túnel de três quilômetros no valor de 3 bilhões? As construtoras e as incorporadoras, ou talvez as campanhas eleitorais de 2008, 2010 ou 2012? Eu gostaria que me respondessem quem apresentou a proposta do túnel e quanto custou cada um dos projetos. Essa informação deve estar contida em alguma ata, alguém deve ter protocolado algum documento, porque eu não acredito em Papai Noel nem em coelhinho da Páscoa.

E a Ponte Estaiada, quanto custou? Sabemos que seu custo foi estimado em 70 milhões, mas a ponte foi licitada em 140 milhões e quando foi entregue já tinham sido gastos 300 milhões; agora, estão falando em 600 milhões.

Quantas moradias populares foram efetivamente construídas desde 2001, ano de aprovação da lei? Quantas famílias foram cadastradas? Quero números oficiais, porque moro há mais de 40 anos no Jabaquara e sei que naquela região há pelo menos 20 mil famílias. Quero uma resposta formal e oficial a essas perguntas

Todo mundo está falando das comunidades, mas a lei garante que todos os moradores que sofrerem intervenção têm o direito de serem realocados na mesma região da Operação Urbana, e isso incluir os proprietários. (Palmas) Inclusive a lei permite que se dê incentivo para as incorporadoras criarem conjuntos habitacionais para pessoas de médio poder aquisitivo. Não estou vendo nenhuma proposta. O que estão fazendo é uma discussão sobre pagamento de indenização pela desapropriação, mas existe uma lei federal que prevê que a base da desapropriação é o IPTU. Teria que se começar a discutir a partir dessa premissa, mas a discussão está sendo feita sem advogados, porque eles têm de ser pagos. A Prefeitura tem seus advogados, mas não teve a capacidade de apresentar um assessor jurídico, só trouxe técnicos que não sabem responder a perguntas jurídicas. Se não são assessores jurídicos, o que estão fazendo na Comissão de Constituição de Justiça? (Palmas)

Já que parece que esta reunião está sendo transmitida, solicito da Comissão que disponibilize esse vídeo no *site* da Câmara, se possível, na íntegra para que depois as pessoas não aleguem desconhecimento de causa. O Marcos tem vários vídeos de audiências públicas, inclusive daquela famosa na qual foi apresentada uma maquete com o túnel de 3,8 quilômetros. Há um pessoal falando que não está encontrando esses documentos, esses mapas. A Emurb cobra 11 reais por um mapa colorido, e uma cópia da licitação suspensa pelo Tribunal de Contas, que também já sumiu, não existe mais, sai por 26. Por isso, também solicito que a Comissão coloque em disponibilidade todo esse material.

Respondendo à Rosa, o Conselho Gestor tem 19 membros, dos quais apenas dois são eleitos pela comunidade, que, inclusive, é carente. Não há representantes dos moradores proprietários da região nas reuniões, que são convocadas com 24 horas de antecedência e nas quais não são permitidos apartes ou manifestações.

Também requeiro vista às atas aprovadas da Ponte Estaiada, da Operação Urbana Água Espriada e da aprovação de destinação do nosso dinheiro para o metrô, algo que eu nunca vi aprovado em lugar nenhum. Além disso, peço que a Comissão acompanhe não só o

PL, mas também a fiscalização do projeto e da sua implantação; acho que até cabe uma CPI e, quem sabe, até *impeachment* de diversos Secretários.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Esta Presidência defere apenas as cópias, que tem de ser pagas, porque os Vereadores têm de prestar contas do dinheiro público. Inclusive 25 Vereadores, incluindo este, já foram cassados por um Promotor por conta disso.

Tem a palavra o Sr. Jorge Eduardo Rubies, da Associação Preserva SP.

O SR. JORGE EDUARDO RUBIES – Boa tarde a todos. Já participei de várias audiências públicas junto com a Lucila, e é muito curioso, porque até agora todos os inscritos que se pronunciaram falaram contra essa Operação Urbana.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JORGE EDUARDO RUBIES – Tudo bem, mas até agora não houve ninguém que falasse a favor do túnel. Onde estão as pessoas a favor do túnel?

- Manifestações no recinto.

O SR. JORGE EDUARDO RUBIES – Onde estão a especulação imobiliária e os empreiteiros? Cadê eles?

- Manifestações no recinto.

O SR. JORGE EDUARDO RUBIES – Olha, gente, já se falou aqui bastante sobre a ilegalidade desse projeto e sua conveniência. É um absurdo completo, é uma total inversão de prioridades fazer um túnel para carro no valor de 1 bilhão e 600 milhões de reais. E esse é só o preço inicial, com certeza irá custar muito mais; obviamente, porque, só para se ter uma ideia, o metrô de Madri custou 50 milhões de dólares o quilômetro, e é todo subterrâneo. Com esse dinheiro daria para construir 20 quilômetros do metrô de Madri, que é mais do que se construiu em 15 anos aqui em São Paulo.

Esse projeto é um absurdo completo e, falando em bom português, é criminoso, com todo o respeito aos funcionários da Prefeitura que estão aqui com essa ingrata missão de

defender o indefensável. (Palmas)

Essa nossa luta, na verdade, é da Cidade inteira, porque, o que está acontecendo no bairro de vocês, está acontecendo em toda a Cidade. Há a Operação Urbana Água Branca, o Projeto Nova Luz e o quarteirão da cultura no Itaim, uma área de 20 mil metros quadrados que a Prefeitura quer vender para a especulação imobiliária. É a Lapa, é o Braz, é a Mooca, é a zona Norte, é aquele túnel da Caetano Álvares, outro absurdo. É esta a verdade: há um massacre promovido pela especulação imobiliária, que é quem manda na Cidade atualmente, juntamente com as empreiteiras.

Tenho certeza de que essa nossa luta sairá vitoriosa, mas ela não acaba por aqui. Peço a todos vocês que apoiem também a luta dos moradores da Santa Ifigênia, da Água Branca, da Lapa, assim como os de diversas outras áreas que também estão sendo massacradas e avassaladas por essa especulação imobiliária inconsequente e desenfreada.

Pode parecer clichê, mas a nossa arma é o nosso voto, e 2012 está chegando. Peço a todos que votem não com o coração, mas com a razão. Escolham muito bem os candidatos, façam uma pesquisa, observem se eles receberam dinheiro de empreiteiras ou do setor imobiliário. Vamos retomar a nossa cidade da especulação imobiliária. Esta cidade é nossa, dos nossos filhos e dos nossos netos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Já que a Sra. Andréa Pereira, da comunidade Nova Minas Gerais, abriu mão da palavra, tem a palavra o Sr. Henrique, da ONG A Cabocla.

O SR. HENRIQUE – Boa tarde. O que ouvi aqui é coisa séria, muito séria. Peço aos Srs. Vereadores membros da Comissão de Constituição e Justiça que compartilhem o conteúdo desta reunião com os outros Vereadores desta Casa, porque parece que S.Exas. não sabem o que está acontecendo nesta Casa. Há valores importantes envolvidos e pessoas que moram na faixa coberta por essa Operação Urbana.

Há uma equipe de pessoas sérias, calmas, eficientes e muito inteligentes que nos ouve de 15 em 15 dias, mas ainda assim tudo isso está acontecendo. Esse é um assunto muito sério, Srs. Vereadores, e V.Exas. sabem muito bem disso. Vou repetir o que já disse na reunião da Imigrantes: além da moradia, peço que os senhores, assessoria do Prefeito, respeitem o ser humano.

Um dos senhores disse que andou muito pela favela e por isso sabe do sofrimento de um morador desse tipo de habitação. Mas os senhores sabem o que é passar mais de 12 anos tentando regularizar a situação da luz e da água? Isso é sério. Pessoas estão correndo o risco de morrer por estarem sendo mal atendidas nessa questão da água e da luz. Quer dizer, não podemos fazer melhoramento nenhum. Isso sem falar no pessoal do entorno, que está sofrendo a mesma situação: tem seus imóveis, mas não podem fazer nenhum benefício porque está nessa situação perigosa, ou seja, construção de túnel ao invés de construção de moradias; construção de um parque ao invés da construção de um hospital.

Por que os senhores não vão aos hospitais da região para ver a situação? Por que não fazem uma visita noturna a uma escola? (Palmas) Isso é sério, é muito sério. Só nos resta apelar ao bom senso de todos os senhores, tanto os da equipe, que são inteligentes, como ao pessoal do entorno, que está disposto a nos ajudar. (Palmas)

Essa é a questão falei na última reunião, mas os senhores não quiseram me ouvir. E os senhores sabem muito bem o que estamos passando, a seriedade da nossa situação.

Visitaremos todos os gabinetes desta Casa para levar essa questão. Os representantes dos investidores e das imobiliárias que me desculpem, mas, como seres humanos que também são, sabem que para esta cidade crescer não é necessário nos atropelar. Estamos sendo ameaçados de atropelamento.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Sr. Antonio Raimundo dos Santos, morador da Água Espriada.

O SR. ANTONIO RAIMUNDO DOS SANTOS – Boa tarde. Desculpem-me o nervosismo, mas nunca estive aqui. Moro na Favela Beira Rio desde que eu nasci, há 38 anos, e conheço a maioria das pessoas que estão aqui desde pequeno; eu e meus irmãos crescemos com os seus filhos. Desde pequeno estou nessa expectativa, sem saber se vamos sair ou se vamos poder ficar. Sabemos que 99% das pessoas do entorno estão torcendo para que nós saíamos de lá, mas não somos nós que eles querem ver longe e sim a favela, que bota medo e desvaloriza a região. Só que trabalhamos para eles, que são nossos patrões, ou seja, eles precisam de nós e nós, deles. Assim, aprendemos a viver em comunidade: do dono da padaria compramos pão, o dono do mercadinho vende para nós; apesar de às vezes nos atenderem bem, outras vezes, mal, estamos sempre na convivência, porque são pessoas que estão ali uma vida inteira. Por tudo isso, queremos saber se nossa vida será jogada no lixo ou se teremos a certeza de que teremos um amparo do governo.

Confesso que votei no Prefeito Kassab, no Vereador Dalton Silvano, sou corintiano, do que me arrependo. Espero não me arrepender mais, por isso quero saber se os senhores podem nos garantir, a nós, favelados, e a todo esse pessoal presente, que as pessoas cadastradas receberão sua casa, seu apartamento, nas imediações; se os demais, possuidores de casa regularizada, com IPTU, com os impostos em dia não receberão a ordem de desapropriação – afinal, nós todos pagamos impostos, aposto inclusive que 90% das pessoas aqui presentes não têm passagem pela polícia, eu mesmo nunca tive, pelo contrário, meu trabalho até me permite prestar serviços para eles; e se não receberem o valor completo do imóvel, que seja pelo menos imóvel igual.

Nós, mesmo favelados, queremos um imóvel digno. Confesso: nasci e cresci na favela, mas nunca tive orgulho de ser favelado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Passo a palavra ao penúltimo orador inscrito, o Sr. Alexandre, do Comitê Operarário Estudantil e Popular da Grande São Paulo.

O SR. ALEXANDRE – Bom dia, depois do pronunciamento do companheiro

Henrique – emocionado - fica difícil até continuar, mas gostaria de dizer algo importante e chamar a atenção para um perigo enorme: colocar os assuntos sociais de forma técnica. Volto um pouco aos anos 30, na Alemanha, para mostrar que a política nacional socialista desembocou no nazismo.

Então, tratar a higienização que está ocorrendo no Jabaquara é produto de uma ordem da Prefeitura absolutamente fascista, que tem por objetivo limpar a cidade. Mas 'limpar' a Cidade, Sr. Henrique, é limpar as comunidades de todos aqueles contrários à essa posição reguignante que é a do Governo Kassab.

Aproveito para convidá-los a um evento importante. Hoje acontece o 14º Ato, oriundo de um comitê operário, popular e estudantil formado para reunir todas essas forças de oposição mencionadas antes, pois o sofrimento do Jabaquara é idêntico ao das zonas Leste, Norte e Oeste. É o mesmo sofrimento e a mesma oposição. Está na hora de unificar.

Repetindo, é o 14º Ato contra o aumento da passagem de ônibus, contra as desapropriações, contra a perseguição aos camelôs, estes desejosos de trabalhar, mas impedidos na Cidade de São Paulo. Isso faz parte de um pacote. Fica o convite a todos para participar dessa luta e denunciar o Prefeito Kassab. Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Inscrito, o Sr. André Pereira declina. Quer dizer algo mais?

O SR. _____ - Aproveito a deixa do colega que mencionou todas as operações urbanas que pretendem realizar. Nós sabemos, e a comunidade também sabe, que o Prefeito nomeou a Secovi para fazer as alcaHIS (?) restantes fora da Água Espriada. Também o Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já está ciente, pois conseguimos uma liminar, quer dizer, a questão que ela disse que é jurídica e será discutida, já está no Tribunal, no Pleno.

Para quem não conhece os termos jurídicos, o Pleno representa os desembargadores mais antigos do Tribunal, e eles aceitaram a liminar das associações dos

moradores e dos comerciantes da Santa Ifigênia.

O Sr. Mauro está propondo a formação de uma comissão para acompanhar o trabalho dos Vereadores lá na região, como uma inspeção.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Todas as contribuições que os senhores nos trouxeram, bem como as perguntas encaminhadas, por escrito ou formuladas ao microfone, passarão a constar da ata e das notas taquigráficas.

Neste momento, passarei a palavra ao representante do Executivo, para as respostas.

Em seguida, devido ao adiantado da hora, abriremos novamente a palavra aos Srs. Vereadores e, na sequência, volta o Executivo para encerrar.

Por favor, a Sra. Rosa.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Dirijo-me, em primeiro lugar, ao Sr. Presidente e agradeço por sua colocação, a qual foi muito educada e sincera, bem como a do Sr. Henrique.

Nossa discussão é no âmbito da Operação Água Espreada e, neste caso, as remoções acontecem das famílias moradoras, permitam-me ler conforme está neste documento: “Reassentamento das famílias atingidas pelas obras por habitação de interesse social; famílias moradoras de habitação precária, de assentamos irregulares”.

Depois passo a palavra ao Sr. Luis para detalhar o cadastramento do ponto de vista da Operação Urbana, pois se uma obra ou uma determinada intervenção atinge um núcleo de favela, esse núcleo é removido e as famílias são reassentadas na região com dinheiro da Operação Urbana. Então, se o senhor está dentro de uma área atingida – e hoje a discussão foi a Via Parque – o senhor está dentro do cadastro e será atendido. Porém, foi citado um número que na região há 20 mil famílias, ou algo dessa ordem, pela Operação Urbana só serão atendidos os que forem atingidos pelas obras.

A Prefeitura pode e, no meu entender, deve, atender os outros núcleos de favelas

que estejam nas imediações até para, primeiro, evitar migrações e, com isso, o adensamento; muitas dessas nascentes são tributários, ou seja, as águas oriundas de favelas adjacentes vão parar nesse córrego e temos tido reuniões sistemáticas com a Sabesp – há ainda o Programa Córrego Limpo – para ver a possibilidade de atendê-los, mas não pela Operação Urbana.

Repito, pela lei, a Operação Urbana atende as famílias de núcleos atingidos pelas obras.

Alguns números foram citados: 8,5 mil; 10 mil e 20 mil, peço ao Luis que é da Secretaria da Habitação e está representando a Sra. Elizabete França, que trabalha diretamente com as comunidades, para prestar esclarecimentos adicionais.

O SR. LUIS – Sou da Habi-Sudeste, divisão regional que trabalha na Operação Urbana Água Espreada.

Registro, em primeiro lugar, que Sehab, a sigla Habi, propriamente dita, é que cuida de projetos de habitação em favela, basicamente, cortiço e loteamentos irregulares, trabalha como parceiro convocado na Operação Urbana para executar a parte social, o cadastro, enfim, nessa intervenção que não é da Secretaria da Habitação.

Informo ainda que o cadastro vem acontecendo, desde o final de 2009, está na fase final de covalidação de dados. Ele já terminou há um tempo a fase de levantamento de campo, mas os números disponíveis das áreas que serão diretamente afetadas pelas obras, incluindo as áreas de desapropriação, somam hoje aproximadamente sete mil cadastros.

Sempre apresentamos um número maior, pois ao longo desse período e numa fase anterior, por uma questão de atendimento antecipado – prevendo e garantindo o direito daqueles moradores que ali se encontravam – por conta de incêndios e até de remoção por riscos, todos estão aguardando e recebendo o auxílio, disponível por lei, até a entrega da unidade definitiva prevista na lei da Operação Urbana.

Esse número maior representa cerca de mil famílias que aguardam esse auxílio. Assim, as famílias cadastradas equivalem a oito mil, as quais serão atendidas pelas obras

registradas em projeto.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Só uma pergunta. Se não me falha a memória, visitei o local no ano passado e observei que os cadastrados são pintados de vermelho. Cada casa tem um número e tal. Mas se não me engano, vi algo em torno de 12 mil.

O SR. LUIS – O número do cadastro é bastante extenso por ser composto de um número de setor mais um outro, até por padronização de número de dígitos, aliás já inauguramos essa nova fase, o cadastro é feito via digital, e por uma questão formal acaba sendo um número grande.

Se não me falha a memória, são quatro dígitos para o número principal, há mais três dígitos para o número do setor e outros três para letras, pois, às vezes, no mesmo imóvel, acima dele, pode haver mais uma moradia.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Então são aproximadamente oito mil famílias?

O SR. LUIS – Oito mil famílias, mesmo com esse pessoal que está aguardando e já saiu da área por risco.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O Jardim Edite está incluído nessas oito mil famílias?

O SR. LUIS – Não, o Jardim Edite faz parte de uma outra fase, anterior.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Faz parte da Operação Urbana.

O SR. LUIS – Que faz parte da Operação Urbana e que está sendo atendido.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Quantas famílias ali, no Jardim Edite?

O SR. LUIS – Desculpe, a divisão regional...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mas quantas famílias estavam cadastradas? É isso que estou perguntando, havia várias famílias.

O SR. LUIS – Peço desculpas, a regional que atendemos é da Lino de Moraes para cá, que atende o Jabaquara. Isso faz parte de uma outra etapa da Operação e, portanto, de outra regional, que é a Sehab-Centro.

Deixo registrado que o fórum citado faz parte do trabalho junto à comunidade e que acontece desde 2009 com uma edição quinzenal e isso visa, antes de mais nada, trazer como uma parte do Poder Público levar a comunicação à comunidade pelas lideranças que foram, por várias vezes, capacitadas pela legislação, por exemplo.

Tudo que podemos ter de melhor em termos de informação, fazemos uma ponte nesse trabalho social entre a Emurb, a SP Obras - atualmente SP Urbanismo - e até há o projetista e tudo que podemos trazer de informação corretamente, cumprindo o papel de transparência do Poder Público nós fazemos e levamos para o fórum. Obviamente, senhores, não temos todas as respostas até mesmo porque o processo está em andamento.

Comento ainda que nunca proibimos a presença de qualquer liderança no fórum, muito pelo contrário, não faz sentido a proibição e todos têm livre acesso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LUIS – Este espaço democrático e estou relatando a versão da Prefeitura que nunca proibimos ninguém de participar. O senhor deve estar se referindo é relativa até ao próprio fórum que é das lideranças, ele é das comunidades. Se efetivamente outras pessoas participam, precisa ter a anuência da própria comunidade. Mas, repito, e deixo bem claro, nunca proibimos e nunca proibiremos, até porque patrocinamos algo que é público.

Outro assunto, também para deixar claro, e fazendo menção ao fato de vivermos numa democracia e esse espaço nem sempre é utilizado da melhor maneira.

Quando o Sr. José Luis se refere às 18 áreas, o compromisso maior quando participamos do fórum é trazer a informação correta. Ele se refere assim: “Existem 44, ou 45 áreas, inicialmente, mas só 17 estão disponíveis e aprovadas no EIA-RIMA”. E o próprio técnico projetista responsável por isso explicou que, na verdade, à época do relatório ele só tinham conseguido avaliar as 17 áreas. Isso é que havia sido publicado no EIA-RIMA até aquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Com a palavra o nobre Vereador Aurélio

Miguel para suas considerações finais.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Agradeço a oportunidade de termos participado dessa audiência pública. Quero registrar minha preocupação sobre essa agilidade que o Governo está prezando para a construção do túnel, que não é a mesma para a construção das moradias. Até porque escutamos dos técnicos que ainda está em execução o projeto delas. Mas do túnel, garanto, com certeza, que está pronto, pois abririam a licitação não fosse o fato da comunidade, junto com este Vereador, intervirem no Cades. Não fosse isso, também o Sr. Secretário do Verde e do Meio Ambiente iria passá-lo com uma celeridade que nunca vi na minha vida. (Palmas).

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Sou favorável à Operação Urbana, pois quando a municipalidade não tem recurso, ela cria uma condição de exceção, exemplo disso é a Operação Urbana, daí ela vende o espaço aéreo, virtual, e com isso arrecada para investir em outra determinada área e, por isso, deveria ter as intervenções todas.

Quando se mudam as intervenções, quer sejam no viário ou em qualquer outra área, muda também a Lei de Operação Urbana. A técnica, entendendo ou não, nosso corpo jurídico já entendeu que muda a Operação Urbana, por isso levaremos para esse sentido da legalidade e constitucionalidade.

Outro aspecto que destacaremos no projeto são as prioridades, ou seja, um túnel não é mais importante que as passagens em desnível, não é mais importante que as intervenções já no primeiro trecho, às vezes, pensam no segundo trecho e nem acabaram as obras do primeiro. Isso é uma vergonha. Não sei a interesse de quem. Alguém tem interesse nisso. Garanto que a população de São Paulo não é.

Então, ficaremos atentos, estamos de olho no Prefeito e nessa obra. Ela é importante. As intervenções aprovadas no projeto são importantes.

Quando estava na Comissão de Finanças e Orçamento, coloquei que poderiam dar continuidade no projeto original e, se quiserem construir uma Via Parque, um parque linear,

podem tornar de utilidade pública um quarteirão para cima e quando houver recursos... Porque a Operação Urbana saiu porque a Prefeitura não tem dinheiro; quando houver uma administração corporativa, que não tem; empresarial, que não tem... Joga-se dinheiro pelo ralo - como nunca vi em minha vida – em obras, em projetos!

Agora se criou a indústria dos projetos. Aliás, o nobre Vereador Donato e este Vereador propusemos a instalação de uma CPI a respeito dessa pouca vergonha, porque são tantos projetos somente nas Operações Urbanas! Água Branca jogou dinheiro em projetos lá, mais de 12 milhões e não aconteceu de um tijolo ter sido assentado.

Então, estamos de olho. Peço ao Sr. Presidente - porque cabe a ele indicar o relator: este Vereador estuda há mais de um ano...

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Está indicado, desde a semana passada, o nome do nobre Vereador Dalton Silvano.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mas gostaria de ser o relator desse projeto.

Era isso que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Que a justiça seja feita. Que a Cidade de São Paulo tenha bons projetos e que possamos respeitar em primeiro lugar os moradores desta Cidade – e não primeiro os empreiteiros e grandes obras. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, independente de ser citado, iria pedir a palavra apenas para informar que tive a oportunidade de conhecer muitos detalhes que não conhecia, anotei. Temos as notas taquigráficas. Esta Comissão tratará da legalidade e constitucionalidade.

Muitas pessoas colocaram seus pontos de vista no sentido da inconstitucionalidade desse projeto. Tem a questão social e a questão constitucional.

Esta Casa tem excelentes Procuradores. Aliás, temos Procuradoras. As mulheres estão se sobressaindo, e estão presentes nesta audiência pública. Estiveram anotando todas as informações, todos os detalhes.

A Comissão de Constituição e Justiça também tem excelentes Assessores, Técnicos e Jurídicos, e fizemos todas as anotações.

A primeira coisa que farei como relator é solicitar, ao Poder Executivo, todas as informações pleiteadas que ficaram pendentes e que foram colocadas verbalmente. Então, farei por escrito. Inclusive, além de constar das notas taquigráficas, todas as perguntas serão transcritas ao Poder Executivo a fim de instruir o processo.

Portanto, informo que vamos trabalhar dentro de todas as informações que estarão disponíveis no processo: as informações que ouvimos aqui, juntamente com esta Comissão – porque este Vereador não fará nada sozinho.

Às vezes, passamos por alguns dissabores. Alguns relatores apresentam relatório, ao final, sem tomarem conhecimento previamente. Portanto, pretendo discutir com os membros desta Comissão para que possamos chegar ao relatório que corresponda à realidade jurídica dos fatos.

Era isso que tinha a dizer. Como relator, anotei todas as informações, e ainda temos as notas taquigráficas. Tenho certeza de que essa decisão será de forma democrática.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador Donato.

O SR. DONATO – Sr. Presidente, muito obrigado.

Cumprimento a todos os presentes, pela qualidade do debate, pelos argumentos.

Tenho, sempre, o maior respeito por todos os técnicos da Prefeitura. Sabemos do esforço e da dedicação. Mas a técnica Rosa, em vários momentos, destacou que era uma técnica. Mas o fato é que, quando ela senta ali e responde, ela está respondendo por decisões políticas. Infelizmente, os responsáveis não assumiram as decisões políticas que tomaram.

Primeiro, o Prefeito porque uma obra desse porte só é realizada devido a uma decisão política dele.

É bom que distingamos o que é técnico e o que é político: as prioridades dependem de decisões políticas, que devem ser transparentes, que não apareçam travestidas de decisões técnicas, porque assim não foram.

A decisão de realização da obra, desse ou daquele traçado, de iniciar a construção pelo túnel. Todas são decisões políticas.

Sei que a Técnica se esforçou, mas não para defender uma posição técnica, e, sim, uma decisão política do Governo. Quero que isso fique claro, porque a discussão sobre legalidade não tem a ver, porque ela é arquiteta e este Vereador também não é da área jurídica. No entanto, o Direito comporta diversas interpretações, e, nesta Casa, essas interpretações e os choques de interesse prevalecerão.

Quero parabenizar a todos vocês porque é a vossa organização que poderá se contrapor a uma organização oculta, não aparece, mas existe e é forte, que interfere no dia a dia desta Cidade. Desse modo, mantenham-se unidos e organizados. Só assim garantirão um projeto que seja bom para vocês e para a Cidade. Parabéns!

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Sr. Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU - Sr. Presidente, parabéns a todos pela audiência de hoje. Mas, ainda tenho uma proposta.

Tenho muito carinho pelo nobre Vereador Dalton Silvano, assim como por todos os demais, porque me dou bem com todos. Só não, com o Sr. Prefeito.

Pelo trabalho que o nobre Vereador Aurélio Miguel tem feito, desde o início, sugiro que o Relatório fique nas mãos de Aurélio Miguel e Dalton Silvano. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – A Relatoria foi distribuída para o nobre

Vereador Dalton Silvano em 13 de abril.

Todos os Vereadores têm de ser respeitados nesta Casa, e o Aurélio Miguel, um dos maiores Vereadores que já vi em minha vida, terá toda a oportunidade, assim como este Vereador e todos os demais, que compõem a Comissão de Justiça.

Esse projeto já constava da pauta na semana passada. Como não agimos por brincadeira, todos que estavam aqui naquela reunião viram que, por unanimidade, esta Comissão está realizando esta audiência pública.

Como Presidente da Comissão de Justiça, não aceitarei nenhum argumento no sentido de que este Vereador seja melhor do que aquele, pois os nove são importantíssimos.

O SR. ADILSON AMADEU – Nobre Presidente, não estou falando que um seja melhor e outro pior. Estou falando em justiça para quem acompanhou o nascimento da criança.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Cabe a cada Vereador, depois de ouvir as ponderações de juristas, da população, de técnicos, de engenheiros e de Vereadores – ainda temos a possibilidade de realizarmos outras audiências públicas na Cidade -, se posicionar.

Não serei pressionado por ninguém. Estou há 24 anos nesta Casa. Votarei de acordo com a minha consciência, apoiando-me na análise da legalidade ou ilegalidade do projeto. Sei que os nove Vereadores agiram da mesma forma.

Então, gostaria que respeitassem a competência e posição da presidência, porque distribuo as Relatorias de forma equânime nesta Comissão. Ou seja, já houve Vereadores da situação que receberam projetos do Executivo; outros, que ainda não receberam, receberão, porque temos de nos ater à legalidade e ao Regimento Interno.

É assim que vai ser. É desta forma que conduzirei os trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – O Presidente argumentou, e os senhores são testemunhas, estão vendo e ouvindo. A meu ver, não falei nenhuma bobagem. Falei do nobre

Vereador Dalton Silvano, um político capaz e amigo maravilhoso. Só que quero destacar quem está acompanhando o projeto desde o começo. Não estou falando de capacidade, apenas de acompanhamento dos dados desde o início.

O nobre Vereador Dalton Silvano, rapidamente, pegará o projeto, o analisará e verá o que está acontecendo.

No entanto, por uma questão prática, sugeri o nobre Vereador Aurélio Miguel, porque está dia e noite pensando no projeto, com o coração aberto, para que não aconteça a aberração comandada pelo Prefeito, o xerife da Cidade, que pode tudo e passa por cima de tudo. Nesse sentido, não adianta virem Secretários e técnicos aqui, porque o Sr. Prefeito os demite se não quiserem fazer o que ele quer. (Palmas)

A verdade é essa. Desculpem-me, nobre Vereador Dalton Silvano, nobre Vereador e Presidente Arselino Tatto, pelo qual tenho muito respeito.

Somente fiz a sugestão, por uma questão prática.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o representante do Executivo, Dr. Pedro Evangelista, para as considerações finais.

O SR. PEDRO EVANGELISTA – Gostaria de agradecer à Comissão, por mais essa oportunidade, para elucidarmos os vários aspectos que envolvem esse empreendimento; agradeço, também, à equipe técnica e a todas as Associações e Srs. Vereadores.

Em minha palavra final, devo explicar o que foi dito pelo Vereador Donato, sobre o respeito que tem aos técnicos da Prefeitura. Reconheço esse respeito, porque já o atendi, diversas vezes, no melhor clima possível, com a análise apurada que ele sempre faz de todos os empreendimentos e atos do Município.

Só quero corrigi-lo, porque a Arquiteta Rosa está aqui a serviço da Secretaria, representando o Secretário e estou compondo esta Mesa, como Secretário Adjunto, assinando embaixo de tudo o que ela diz. Ou seja, está aqui a posição do Poder Executivo – primeiro na pessoa do Secretário Elton e, agora, na minha - e não a de um simples técnico. Portanto, tudo

o que foi falado pela Arquiteta Rosa corresponde, exatamente, à posição das Secretarias envolvidas, das empresas e dos órgãos do Poder Executivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Sra. Rosa Maria, quer fazer suas considerações finais?

A SRA. ROSA MARIA – Sim. Agradeço pela oportunidade, porque - embora o embate, às vezes, seja tenso -, é uma chance para quem está ouvindo colher informações, porque existem desencontros nas informações e interesses que, nem sempre, são exatamente habitacionais, sendo que o interesse dos moradores é legítimo em face da desapropriação, enfim, o tema é complicado.

Aqui há pessoas muito capazes para analisar o projeto, e que a melhor solução seja, por fim, encontrada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Aurélio Miguel.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Aproveito para lembrá-los o que pedi anteriormente: o extrato da conta-corrente da Operação Urbana; qual o destino do dinheiro e para que órgão foi. Peço que encaminhem a esta Comissão, porque se trata da legalidade na utilização do dinheiro da Operação Urbana, portanto, gostaria de receber um extrato relativo a isso.

Inclusive, está aqui o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Esta Presidência agradece a presença de todos os senhores, parabenizando-os pela conduta nesta audiência pública; obrigado aos Srs. Vereadores e aos Membros do Executivo.

Estão encerrados os trabalhos.

